

Indicadores Sociais do Ceará 2009

Fortaleza - 2010

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAG)

Desirée Mota – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretora Geral

COORDENAÇÃO

Jimmy Lima de Oliveira - Analista de Políticas Públicas

ELABORAÇÃO

Parte 1-Resumo dos Indicadores- Débora Gaspar Feitosa

Parte 2- Análise Detalhada dos Indicadores

1 Aspectos Demográficos- Elisa de Castro Marques

2 Condições dos Domicílios- Raquel da Silva Sales

3 Saúde- Débora Gaspar Feitosa

4 Educação –Daniel Cirilo Suliano

5 Trabalho e Rendimento – Vitor Hugo Miro Couto Silva

6 Desigualdade de Renda e Pobreza- Jimmy Lima de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End. Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAG - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

Telefones: (85)3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85)3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
PARTE 1- RESUMO DOS INDICADORES.....	5
PARTE 2- ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES.....	18
1.ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	18
2.CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS.....	32
3. SAÚDE.....	40
4. EDUCAÇÃO.....	47
5. TRABALHO E RENDIMENTO.....	55
6 – RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Ceará 2009. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescenta algumas novidades em termos de gráficos com o único objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil interpretação dos resultados.

A parte 1 apresenta um resumo de 22 indicadores, mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 1999, 2006, 2007, 2008 e 2009. Em seguida, é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a Região Nordeste e o país primeiramente para o ano de 2009, em seguida para 2008. Depois são realizados comparativos para 2009 em relação a 2008, seguidos de análises de curto e de longo prazos, a saber: de 2006 a 2009 e entre 1999 e 2009, respectivamente.

A parte 2 realiza análise detalhada dos indicadores, enfocando os seguintes aspectos: demográficos, condições dos domicílios, saúde, educação, trabalho e rendimento, concentração de renda e pobreza.

Para a elaboração dos Indicadores Sociais do Ceará 2009, foram utilizadas informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse estudo cuidadoso, realizado pela equipe do IPECE, objetiva contribuir para a adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos.

PARTE 1- RESUMO DOS INDICADORES

Essa seção apresenta uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará em 2009, e compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil. Também é feita uma comparação com os indicadores equivalentes de 1999, e do período de 2006 a 2009, visando analisar o comportamento da evolução destes indicadores no curto, médio e longo prazos.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a

relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciarão se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 22 indicadores a seguir.

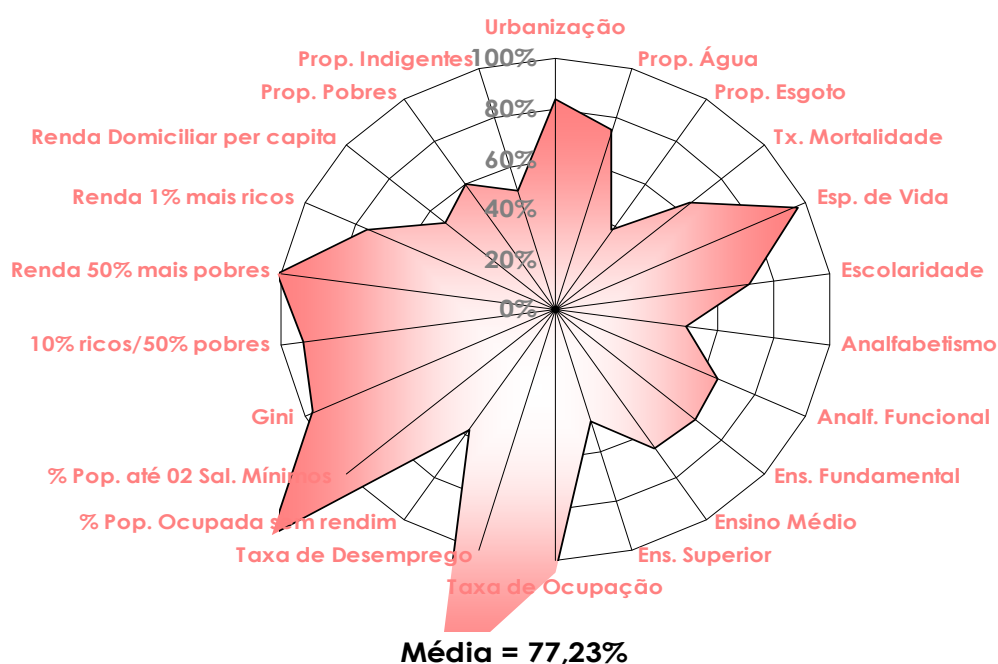
- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (↑)
- Percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio completo (↑)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior completo (↑)
- Percentual da população ocupada (↑)
- Taxa de desemprego (↓)
- Porcentagem da população ocupada sem rendimentos (↓)

- Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimos (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os gráficos 1, 2, 3 e 4, a seguir, mostram a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 1999, 2006, 2008 e 2009. ¹

Gráfico 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 1999

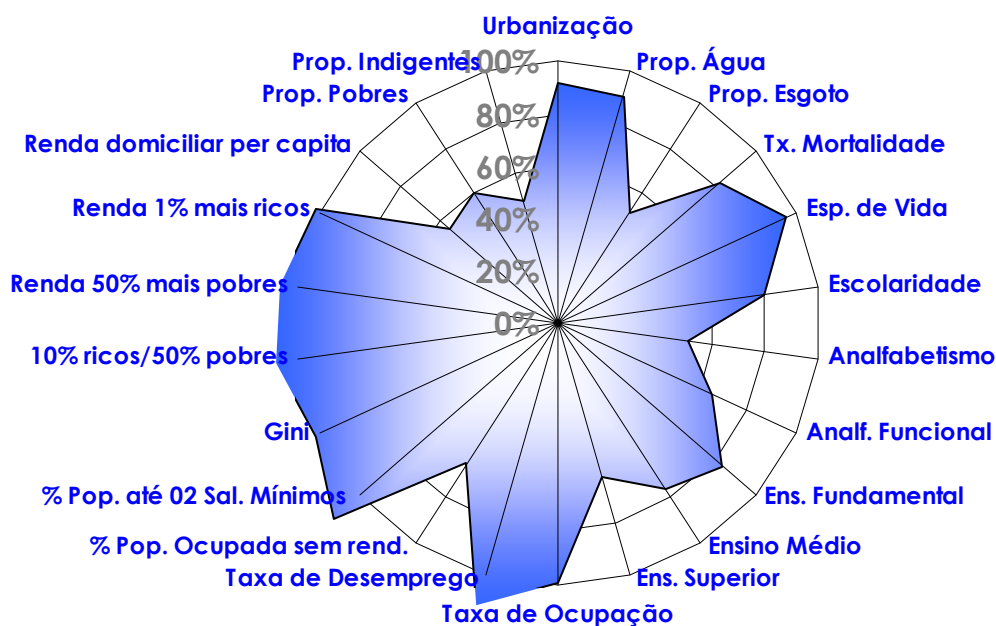


¹ Cabe destacar que em função da mudança de definição de algumas variáveis, os valores diferem levemente em relação às publicações anteriores dos Indicadores Sociais do IPECE.

Fonte: PNAD

Conforme o gráfico 1, em 1999, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 77,23% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados.

Gráfico 2: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2006

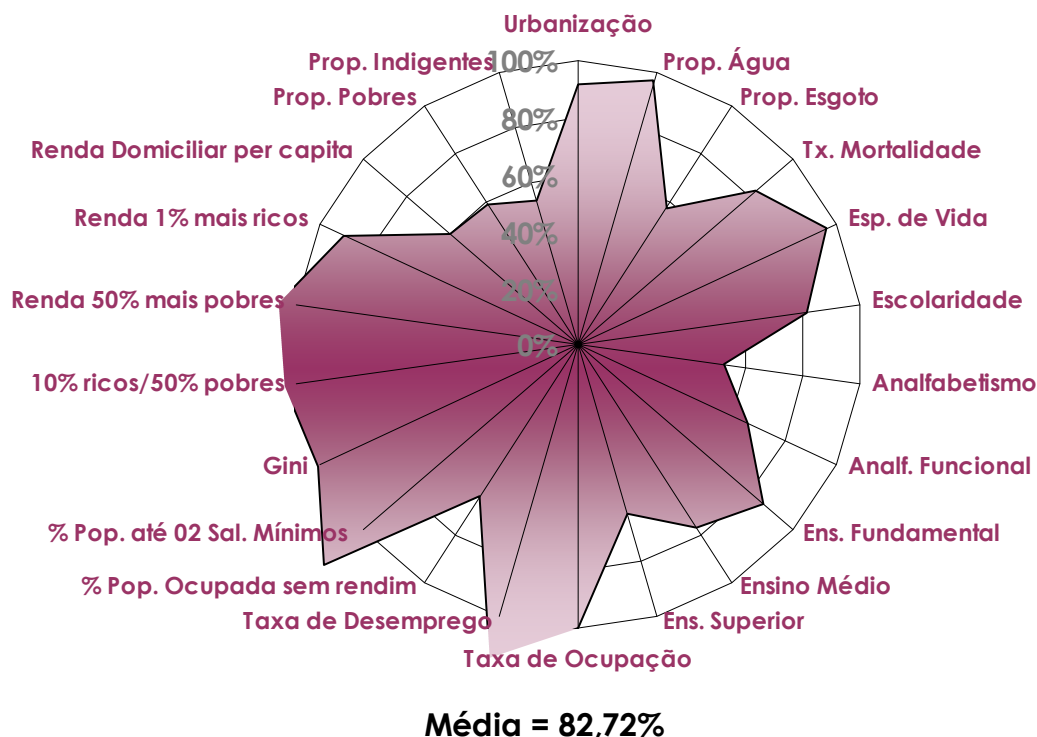


Média = 81,67%

Fonte: PNAD

Em 2006, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter em média, 81,67% da situação brasileira. Em 2008, o Ceará apresentou uma situação relativa de 82,72% do padrão nacional, como ilustra o gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2008

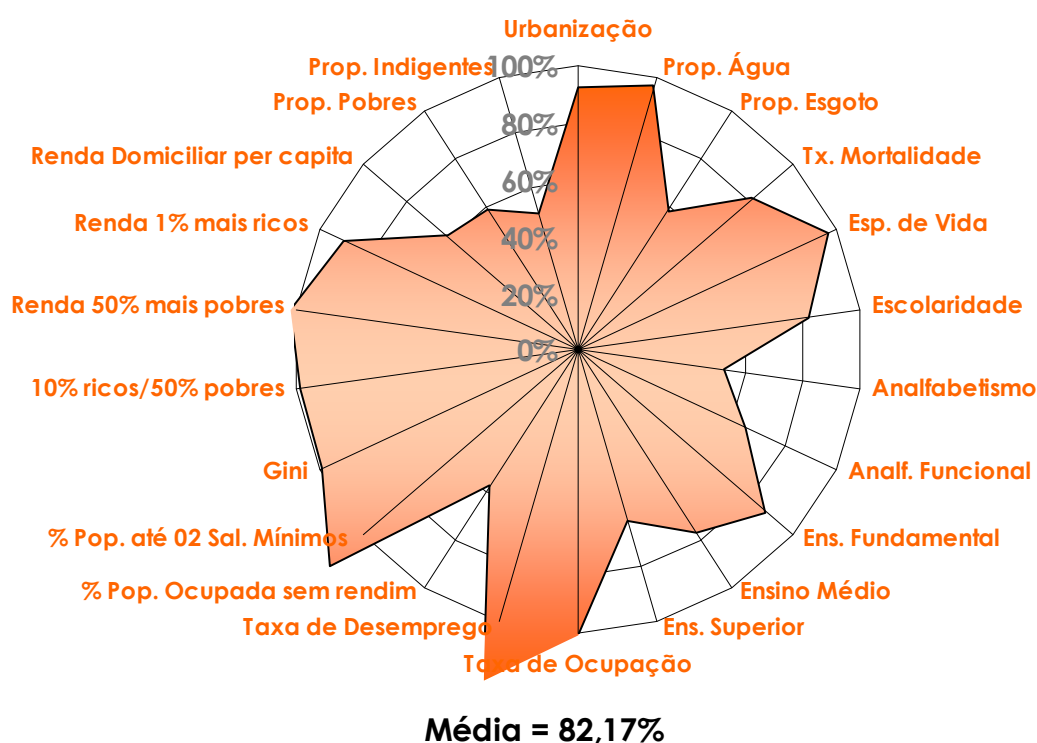


Fonte: PNAD

Assim como em 2006, alguns indicadores em 2009 apresentaram relações iguais ou superiores a 100% sugerindo que para tais indicadores o Ceará é melhor que a média nacional. São eles: a taxa de ocupação, a taxa de desemprego, o índice de Gini, a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população.

Em 2009, o Ceará manteve sua situação em relação ao Brasil, com uma pequeno decréscimo na média, como ilustra o gráfico 4, a seguir. Neste caso, a média das relações foi igual a 82,17%, portanto, um valor ligeiramente superior ao observado em 2006.

Gráfico 4: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2009



Fonte: PNAD

A partir destes gráficos, é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 1999 e 2009, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 22 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2009, encontra-se em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 14 indicadores, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 3.
- No período de 2008 a 2009, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 8 indicadores, apenas melhor que o Brasil em 2, e somente melhor que o Nordeste em 2.

- No período de 1999 a 2009, o Ceará obteve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 14 indicadores, apenas melhor que o Brasil em 2 e somente melhor que o Nordeste em 3.
- Entre 2006 e 2009, 9 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 2, e somente melhor que no Nordeste em 1.
- No período de 10 anos, entre 1999 e 2009, 17 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 1, e somente melhores que no Nordeste em 4.

Assim, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, possibilitaram a obtenção destas conclusões e, também, foram usados na elaboração das figuras analisadas anteriormente, sendo apresentados em uma série de quadros-resumo, a seguir.

Quando se observa o Quadro 1, a seguir, fica claro que o Estado do Ceará supera a média da Região Nordeste na maioria dos indicadores. No entanto, é possível verificar, ainda, que o Estado do Ceará se destaca em vários indicadores quando se refere à evolução nos últimos anos.

Em mais de um terço dos casos, o Estado apresenta melhorias nos indicadores mais significativas do que a Região Nordeste e do que o Brasil, tanto entre 2008 e 2009 (Quadro 3), e entre 1999 e 2009 (Quadro

4). Nesta evolução de longo prazo, merece destacar que o Ceará apresentou melhorias significativas em todos os indicadores, e quase a totalidade dos indicadores evoluiu bem acima da média nacional e da Região Nordeste.

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores Sociais

Valores de 2009

Indicadores		Valores em 2009		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	77,29	72,77	83,96
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	81,8	78,0	84,4
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	30,6	30,8	52,5
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	27,60	33,20	22,50
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	71,0	70,4	73,1
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,9	5,8	7,2
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	18,6	18,7	9,7
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	37,6	38,1	24,5
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	48,0	44,4	55,0
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	28,2	28,4	36,8
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	6,6	6,3	10,6
12	Taxa de Ocupação (%)	57,50	54,40	56,90
13	Taxa de Desemprego (%)	6,90	8,90	8,30
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	15,46	15,42	8,83
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários-mínimos	71,01	69,55	61,15
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,543	0,557	0,540
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	13,79	14,82	13,59
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,95	15,21	15,65
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	13,18	14,30	12,03
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	383,96	395,56	631,39
21	Proporção de pessoas pobres	41,17	44,28	24,35
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	17,20	18,19	8,54

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2009.

Quadro 2 - Resumo dos Indicadores Sociais

Valores de 2008

Indicadores		Valores em 2008		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,95	72,39	83,75
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	80,72	78,02	83,91
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	29,85	32,15	52,48
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	28,60	34,40	23,59
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	70,60	70,10	73,00
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,70	5,66	7,04
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	19,06	19,41	9,96
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	38,87	39,23	25,56
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	46,84	43,52	54,36
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	27,11	27,13	35,22
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	6,17	5,87	10,02
12	Taxa de Ocupação (%)	57,43	55,64	57,54
13	Taxa de Desemprego (%)	6,23	7,52	7,14
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	15,02	16,98	9,58
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários-mínimos	72,69	69,25	61,19
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,537	0,557	0,545
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	13,41	14,89	14,01
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	16,33	15,24	15,37
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	13,44	14,34	12,24
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	367,63	375,66	616,88
21	Proporção de pessoas pobres	43,40	46,53	27,72
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	16,94	19,11	8,92

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e Brasil.

* Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2009.

Quadro 3 - Resumo dos Indicadores Sociais

Variação percentual de 2008-2009

Indicadores		Variação % em 2008/2009		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,44	0,52	0,25
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	1,29	0,05	0,61
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	2,53	-4,27	0,09
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,50	-3,49	-4,62
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,57	0,43	0,14
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	3,51	2,47	2,27
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-2,41	-3,66	-2,61
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-3,27	-2,88	-4,15
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	2,37	2,06	1,18
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	4,02	4,68	4,49
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior Completo	6,97	7,33	5,79
12	Taxa de Ocupação (%)	0,17	-2,30	-1,07
13	Taxa de Desemprego (%)	10,08	17,81	16,65
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	15,02	16,98	9,58
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários-mínimos	72,69	69,25	61,19
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	1,13	-0,07	-0,97
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	2,82	-0,49	-2,99
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	-2,34	-0,22	1,85
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-1,93	-0,27	-1,71
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	4,44	5,30	2,35
21	Proporção de pessoas pobres	-5,15	-4,83	-5,32
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	1,53	-4,83	-4,25

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e Brasil.

Quadro 4 - Resumo dos Indicadores Sociais

Variação percentual de 2006-2009

Indicadores		Variação % em 2006/2009		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	13,12	12,57	4,68
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	8,71	3,87	1,46
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	25,88	9,91	8,31
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-10,39	-10,03	-10,36
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	1,57	1,44	0,97
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	3,51	2,47	2,27
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-2,41	-3,66	-2,61
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-3,27	-2,88	-4,15
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	2,37	2,06	1,18
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	4,02	4,68	4,49
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior Completo	6,97	7,33	5,79
12	Taxa de Ocupação (%)	1,40	-2,37	-0,38
13	Taxa de Desemprego (%)	-8,50	6,78	-0,97
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-10,75	-16,71	-20,17
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários-mínimos	-0,32	0,65	-2,25
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-0,55	-2,72	-3,69
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-2,45	-8,50	-10,99
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	2,77	4,66	7,40
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	6,64	-7,92	-5,14
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	22,16	16,67	10,51
21	Proporção de pessoas pobres	-19,25	-16,28	-19,41
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-25,27	-23,47	-23,07

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e Brasil.

Quadro 5 - Resumo dos Indicadores Sociais

Variação percentual de 1999-2009

Indicadores		Variação % em 1999/2009		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	15,31	14,44	5,38
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	38,29	16,73	5,79
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	85,14	58,59	20,51
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-49,60	-41,69	-36,85
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	7,49	7,55	6,87
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	43,90	38,10	26,32
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-33,09	-29,70	-29,71
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-30,11	-28,38	-29,39
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	85,86	68,24	42,86
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	86,75	68,05	60,70
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior Completo	106,25	65,79	51,43
12	Taxa de Ocupação (%)	-0,63	-3,24	3,33
13	Taxa de Desemprego (%)	9,20	10,84	-13,48
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-37,80	-35,23	-38,40
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários-mínimos	27,62	27,13	50,05
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-11,26	-7,74	-8,79
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-31,45	-23,07	-26,19
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	23,44	16,09	22,42
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-25,09	-12,80	-8,56
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	44,75	41,61	25,22
21	Proporção de pessoas pobres	-36,94	-31,85	-37,51
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-51,08	-48,93	-50,96

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;**

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e Brasil.

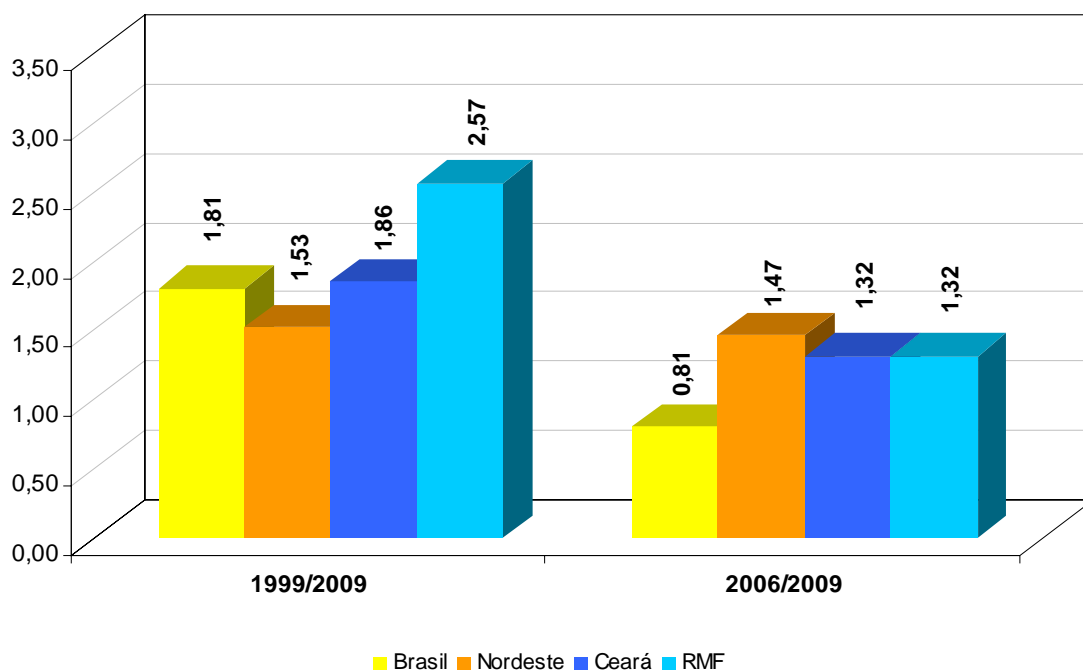
PARTE 2- ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

1.ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 2009, o Estado do Ceará possuía uma população de 8.568.590 habitantes, representando aproximadamente 15,9% da população do Nordeste e 4,5% da população do Brasil.

Em relação a 1999, a população cearense cresceu a uma taxa média geométrica anual de 1,86% (com crescimento acumulado de 20,20%), a do Nordeste aumentou a uma taxa média geométrica de 1,53% ao ano (com crescimento acumulado de 16,42%) e a do Brasil a 1,81% ao ano (com crescimento acumulado de 19,62%), enquanto a população da RMF cresceu aproximadamente 28,88%.

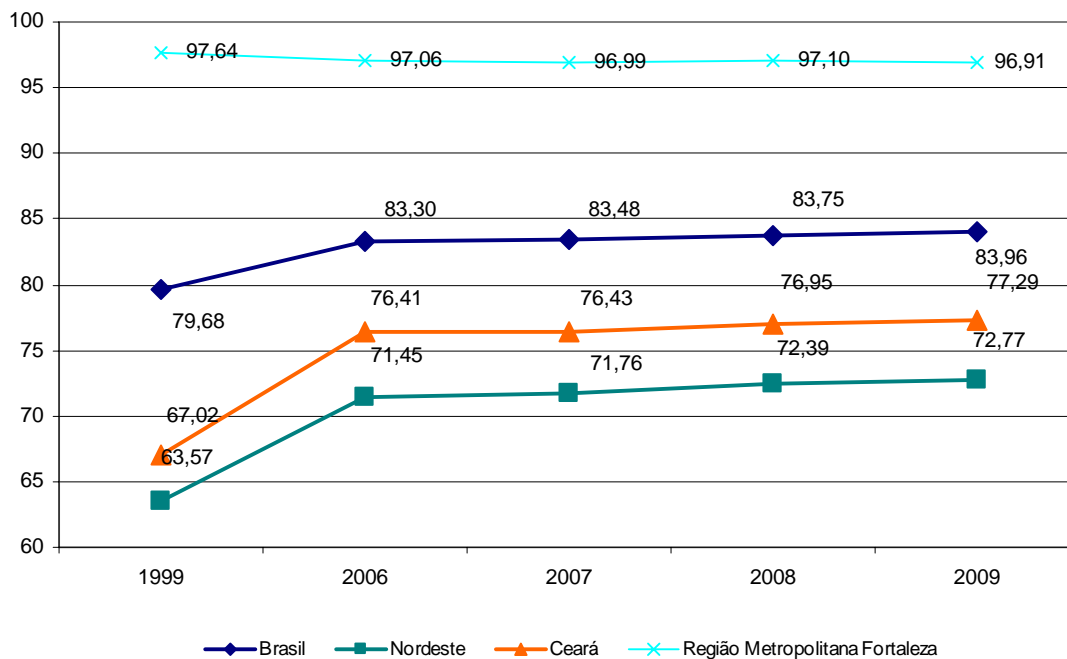
Gráfico 1.1: Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento da População (em %)



Fonte: PNAD

Diante do exposto, observa-se que a população cearense cresceu de forma mais intensa do que a nordestina e a brasileira, no período considerado, e que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) apresentou o maior ritmo de crescimento dentre as áreas analisadas.

Gráfico 1.2 : Taxa de Urbanização (em %)



Fonte: PNAD

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização. Essa taxa pode ser definida como percentual da população urbana em relação à população total. O crescimento mais expressivo da população na RMF² indica um aumento da concentração da população do Ceará nessa região, tanto que a mesma passou a representar 41,8% da população total do Estado, em 2009, contra os 39% verificados em 1999.

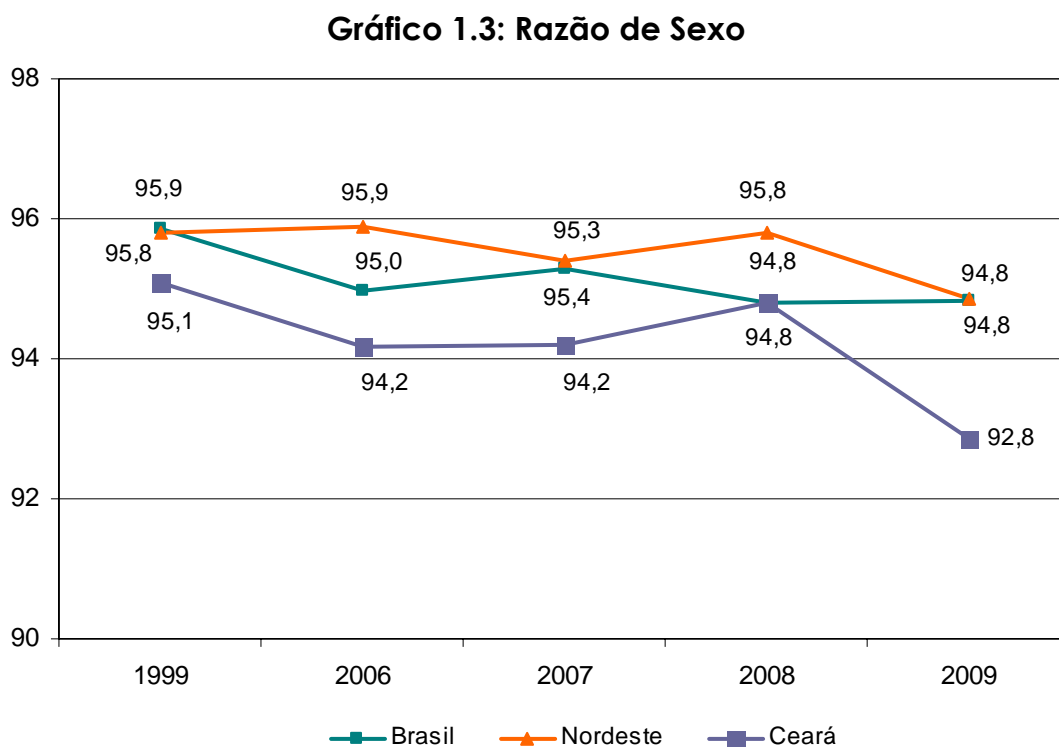
Este processo contribuiu para manter a taxa de urbanização do Ceará elevada em 2009, com cerca de 72,77% da população residindo nas áreas urbanas do Estado. Se comparado ao Brasil, verifica-se que o

²Em 2009, a RMF apresentava um total de 3,580 milhões de habitantes.

Ceará é um pouco menos urbanizado, mas o seu indicador é superior à média nordestina.

Além do que já foi discutido, os referidos gráficos revelam ainda que tanto o Ceará como o Nordeste apresentaram uma leve tendência de crescimento da taxa de urbanização no período 2006-2009, ao passo que o indicador do Brasil tendeu a exibir uma certa estabilidade.

Já no que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, representando um pouco mais que 51% da população, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste.



Fonte: PNAD

A razão de sexo, representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme o Gráfico 1.3 indica, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina.

Uma das razões para que a população feminina tenda a ser maior que a masculina deve-se à maior expectativa de vida das mulheres. Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Brasil, Nordeste e Ceará para os anos de 1999 e 2009.

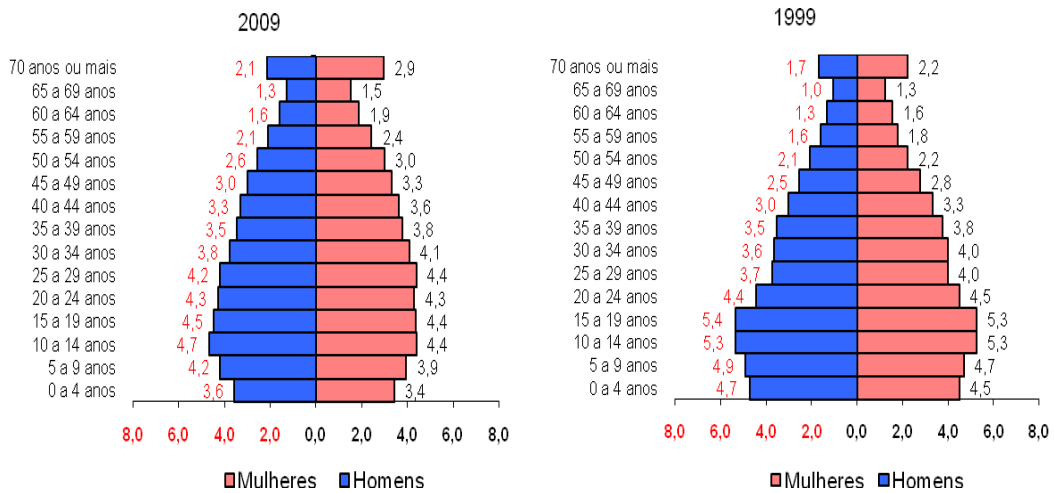
No caso do Brasil, por exemplo, conforme a Figura 1.1, a constatação feita acima fica clara ao serem analisadas as suas pirâmides etárias, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias com 20 anos e mais. Situações similares são evidenciadas para o Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, conforme as Figuras 1.2, 1.3 e 1.4 ilustram, respectivamente.

Outra constatação muito importante que pode ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas diz respeito a uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento, e que também se manifesta claramente nas áreas geográficas em análise: o processo de envelhecimento da população. No caso, percebe-se uma tendência de aumento da participação das faixas com 20 anos e mais, com destaque para o grupo de pessoas com 60 anos e mais.

Mais especificamente, em 2009, o Brasil apresentava 67,0% da sua população com idades iguais ou superiores a 20 anos (eram 59,9% em 1999 e 64,7% em 2006). Já o Ceará e o Nordeste, que possuem populações mais jovens que a média brasileira, apresentaram 62,9% e

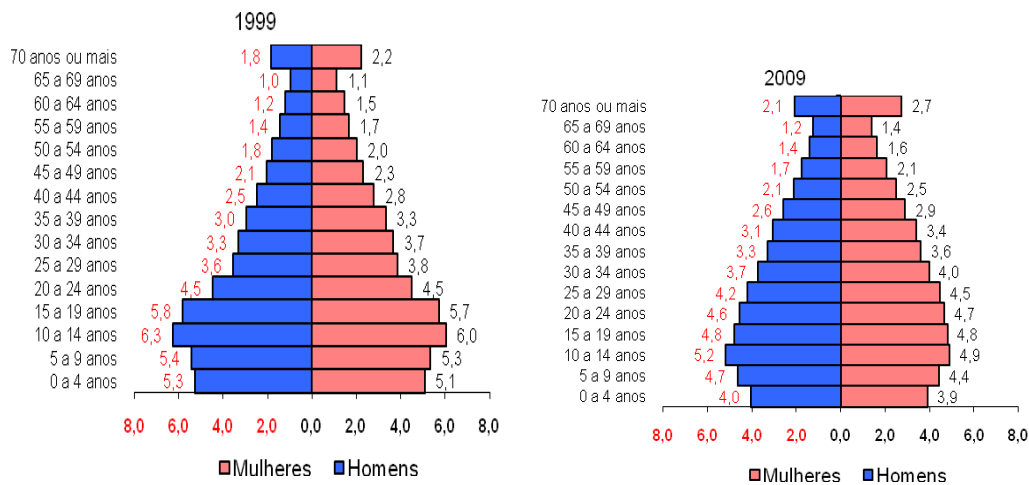
63,3% de pessoas com 20 anos e mais de idade em 2009, respectivamente³. Mais uma vez constata-se que as pirâmides etárias estão ficando com as bases menos achatadas e os picos mais largos, ao longo do tempo.

Figura 1.1: Pirâmides Etárias – Brasil



Fonte: PNAD

Figura 1.2 : Pirâmides Etárias – Nordeste



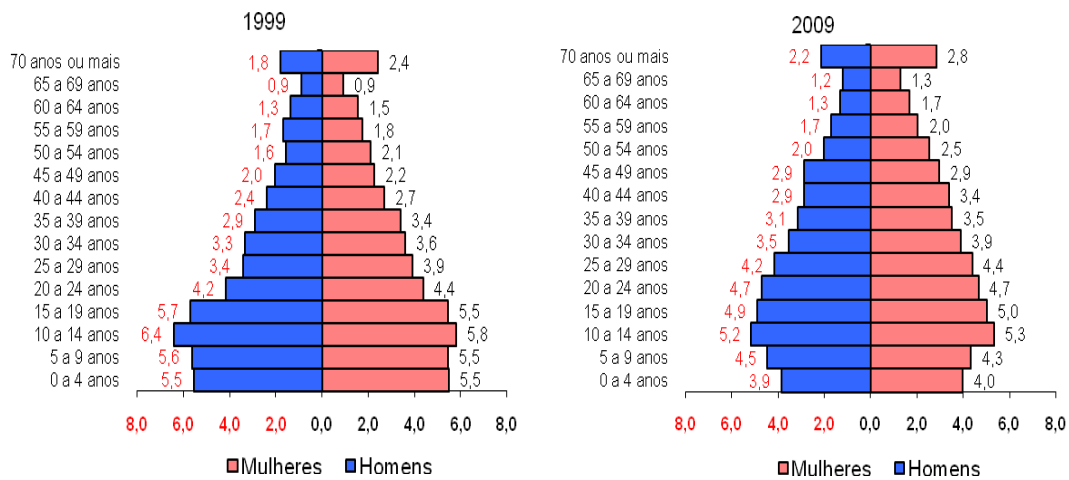
Fonte: PNAD

Essa transformação pode ser, pelo menos em parte, devido à melhoria nas condições de saúde, implicando na ampliação da expectativa de

³Em 1999, esses percentuais eram de 54,5% no Ceará e de 55% no Nordeste. Já em 2006, passaram para 60,9% e 60,5%, respectivamente.

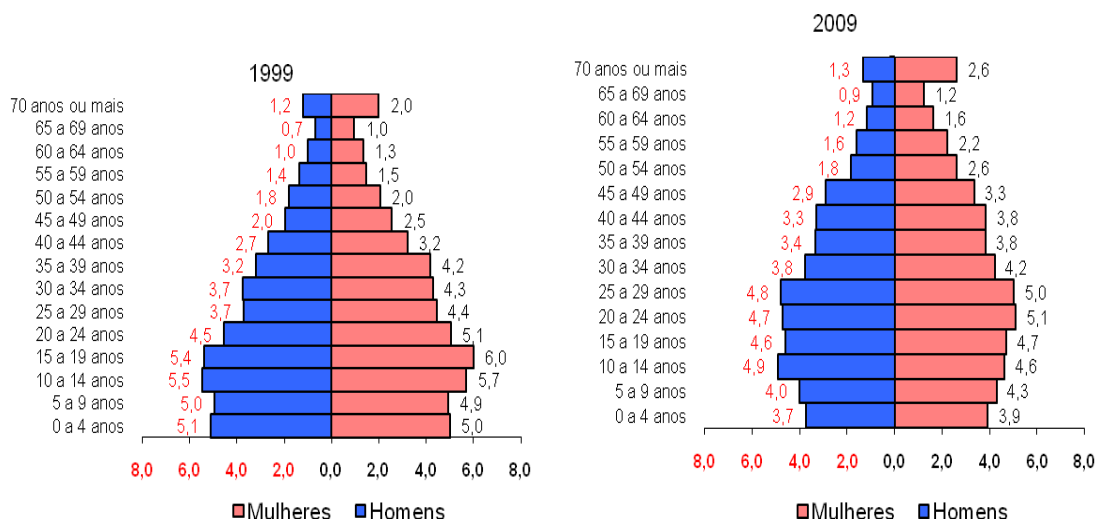
vida das pessoas conforme será verificado nas próximas seções. Outros fatores que influenciam este processo dizem respeito à redução da taxa de fecundidade das mulheres, do maior planejamento familiar e da maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Figura 1.3: Pirâmides Etárias – Ceará



Fonte: PNAD

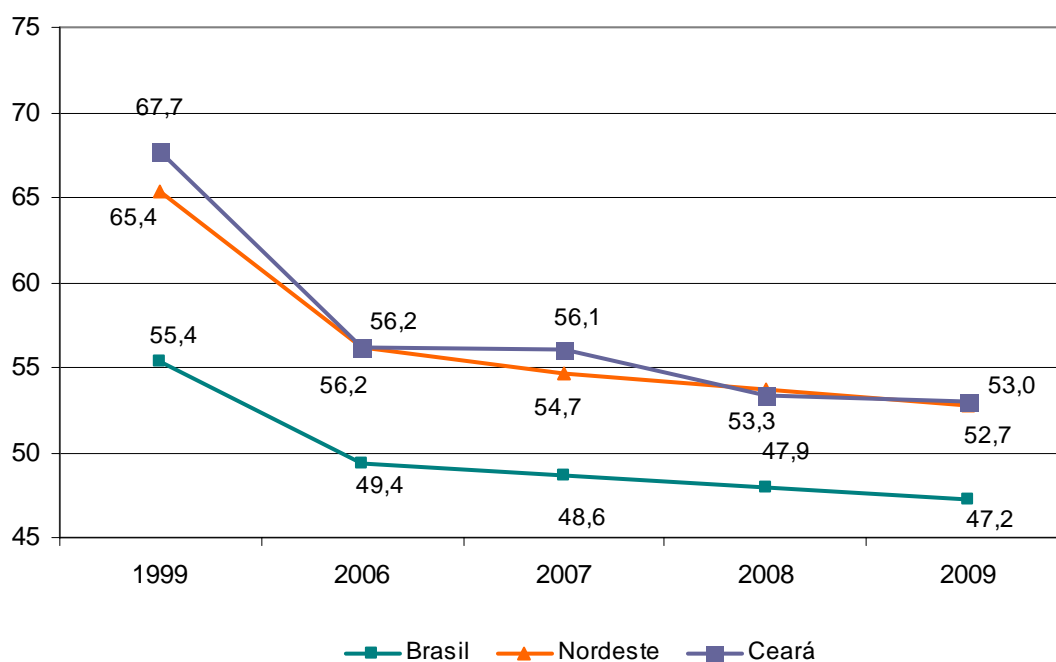
Figura 1.4: Pirâmides Etárias – Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: PNAD

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda do Gráfico 1.4.

Gráfico 1.4 – Razão de Dependência



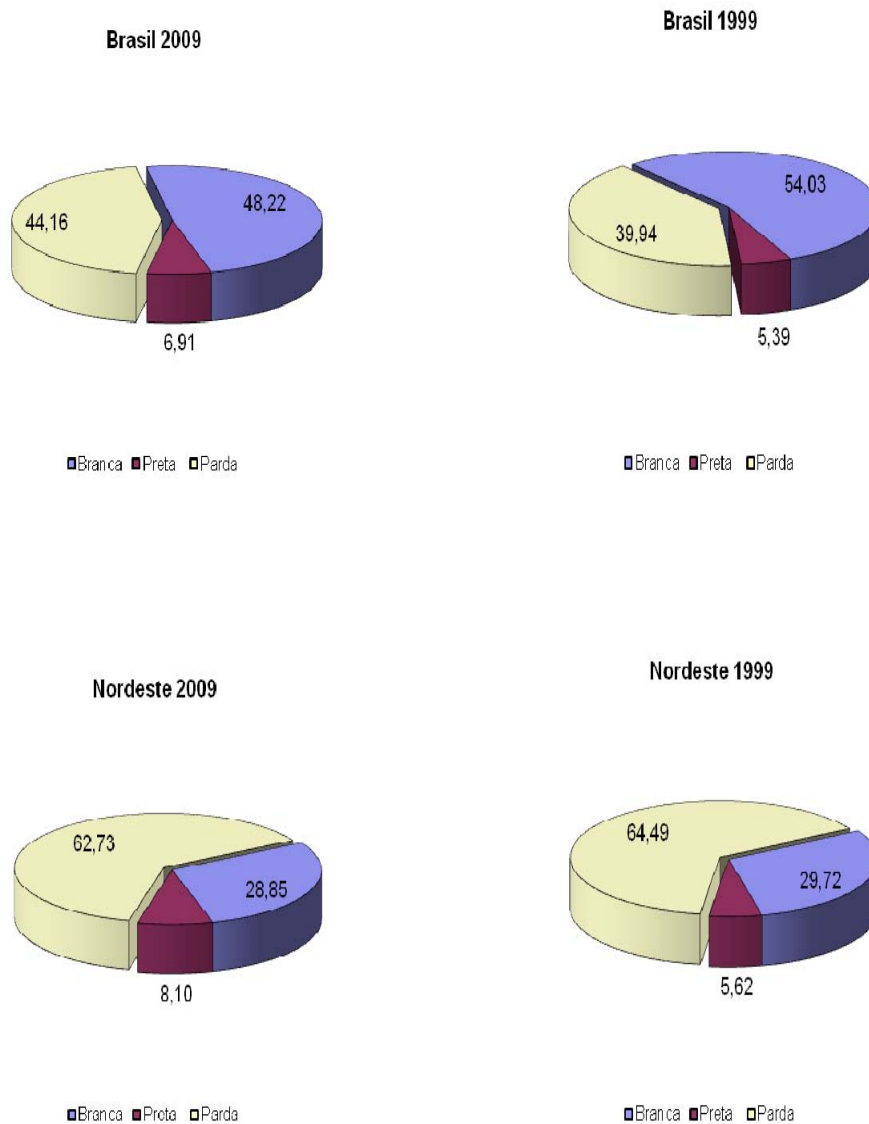
Fonte: PNAD

A redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

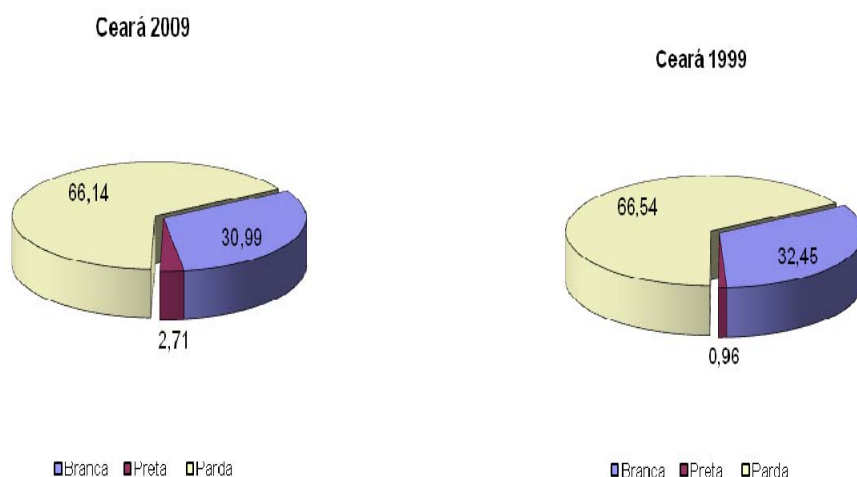
A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do trabalho, foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos, que representam mais

de 99% da população, em todas as regiões analisadas⁴. A grande maioria dos estudos opta por agrupar negros e pardos; aqui se optou por analisar em dois grupos distintos.

Gráfico 1.5 – Distribuição da População por Cor ou Raça



⁴ Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra.



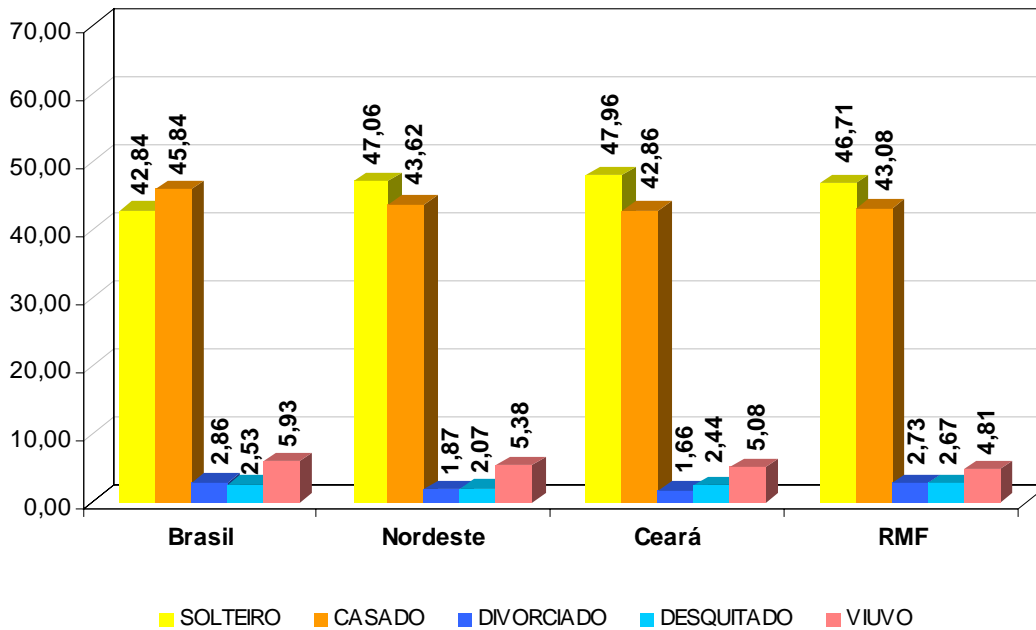
Fonte: PNAD

Considerando se tratar de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se o crescimento do número de pessoas que se declararam negras. Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 1999-2009.

Por meio do Gráfico 1.5 acima, pode-se ter a idéia da manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial da população no Brasil, Nordeste e Ceará.

As informações sobre o estado civil das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2009 revelaram que a proporção de solteiros é maior no Nordeste (47,06%) e no Ceará (47,96%). A maior parte da população se divide entre solteiros e casados, e só para o Brasil é que o percentual de casados (45,84%) supera o de solteiros (42,84%), conforme Gráfico 1.6 a seguir.

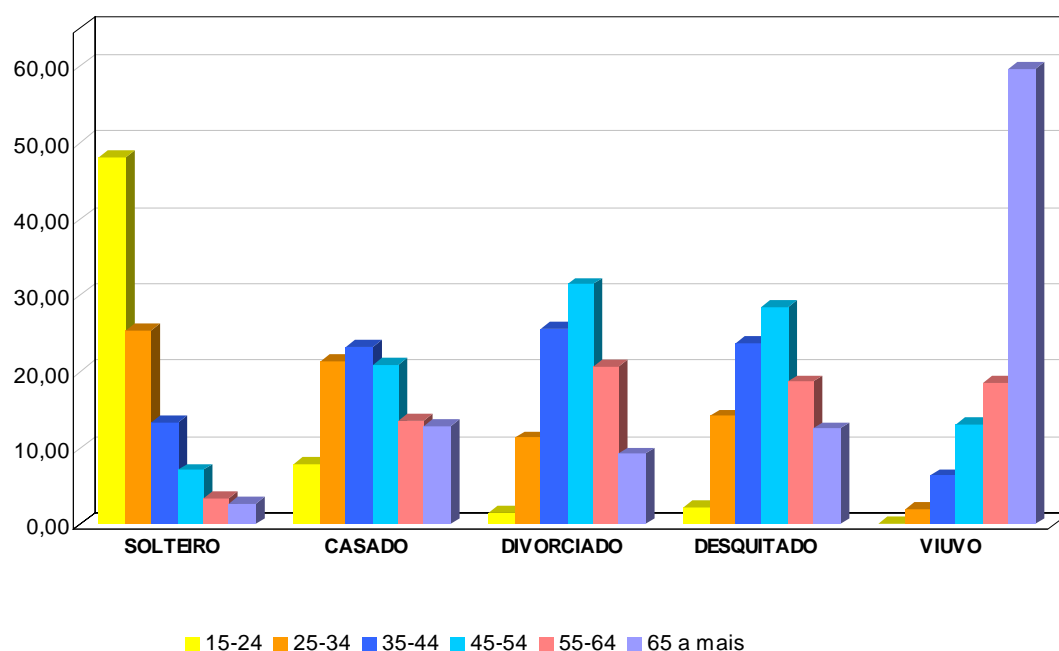
Gráfico 1.6 – Distribuição da População por Estado Civil – 2009



Fonte: PNAD

Observando o estado civil da população de 15 anos ou mais do Estado do Ceará verifica-se que os solteiros se concentram na faixa de 15 a 24 anos, com 48,02% da população de solteiros, a maioria dos casados estão na faixa de 35 a 44 anos, 23,29% da população casada está nesta faixa etária, os divorciados e desquitados estão na faixa de 45 a 54 anos, juntos somam 59,94%, e os viúvos em sua maioria estão na faixa acima de 65 anos, conforme Gráfico 1.7, a seguir.

Gráfico 1.7 – Distribuição da População por Estado Civil, segundo as faixas de idade – Ceará – 2009



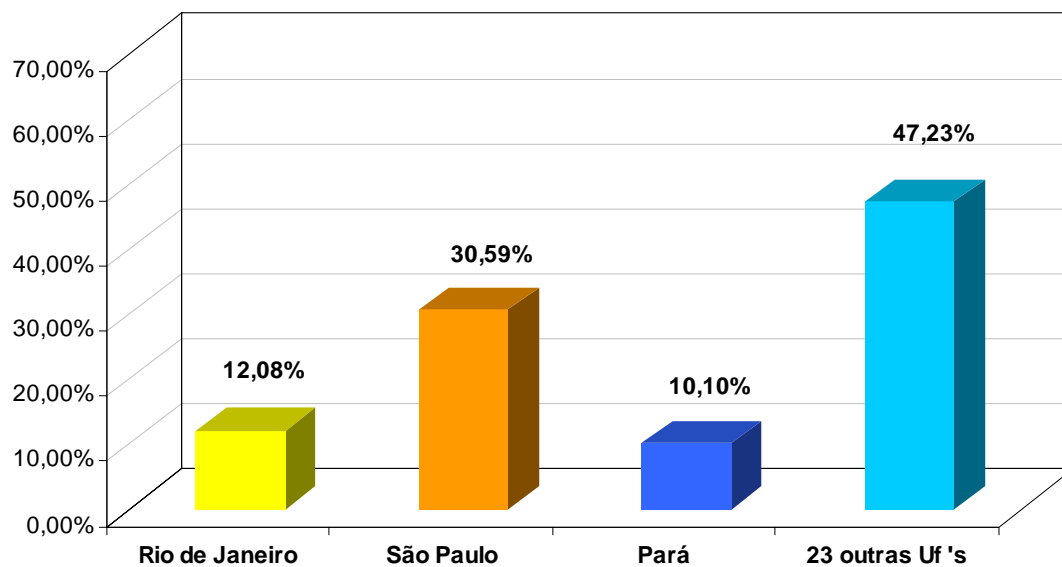
Fonte: PNAD

Já em relação ao movimento populacional⁵ entre as unidades da federação, em 2009, 19,26% da população natural do Ceará migrou para outra unidade da federação, enquanto 5,18% da população residente no Estado veio de outra unidade da federação.

Conforme Gráfico 1.8, dentre os destinos dos cearenses pode-se destacar São Paulo com 30,59%. Os outros dois grandes destinos são Rio de Janeiro, 12,08%, e Pará, 10,10%. As outras unidades da federação juntas representam 47,23% dos destinos dos cearenses.

⁵ A migração tem duas perspectivas de ser nomeada, e sempre depende da perspectiva do lugar de origem. Considerando o Ceará lugar de origem todos os que saem para outras Unidades da Federação são chamados de imigrantes. Já a emigração é o movimento de entrada no Estado de população vinda de alguma unidade da federação.

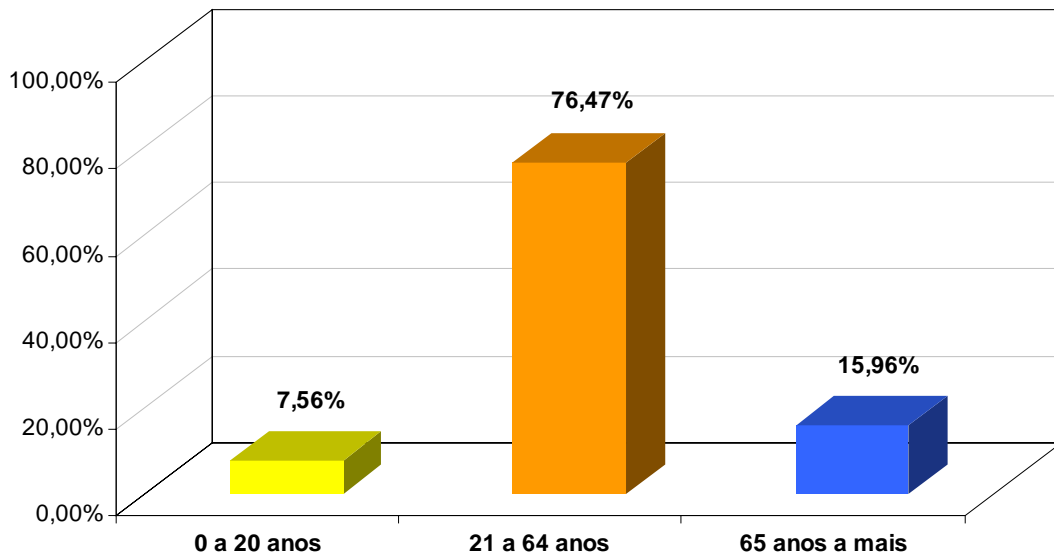
Gráfico 1.8 – Imigração da População Cearense, segundo principais destinos – 2009



Fonte: PNAD

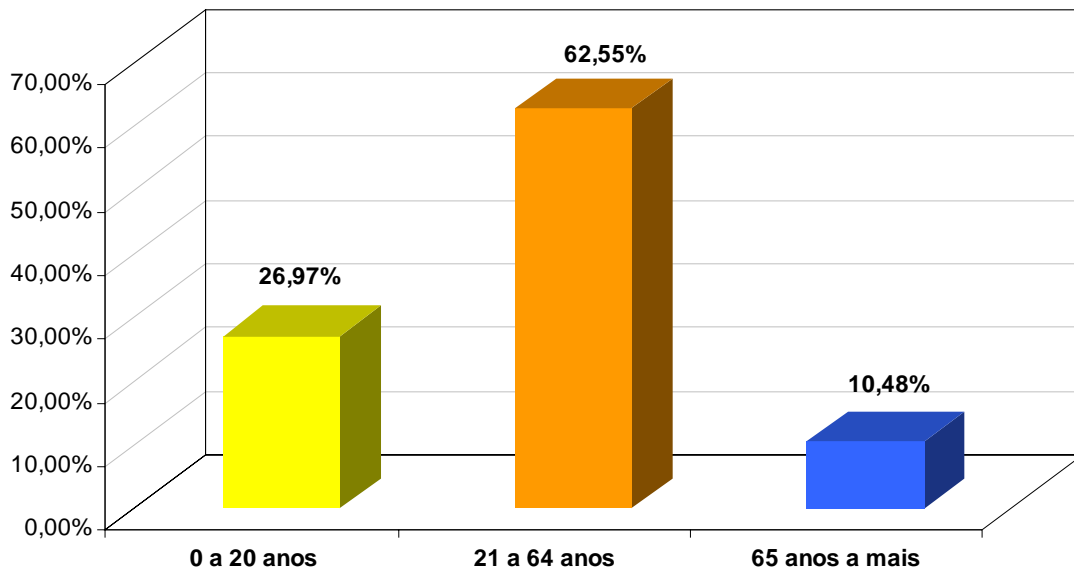
O Gráfico 1.9 demonstra que a maior parte da população que sai do Estado está na faixa de 21 a 64 anos e representa, 76,47%, a faixa acima de 65 anos representa 15,96% dos imigrantes e a faixa de zero a vinte anos representa apenas 7,56% dos imigrantes.

Gráfico 1.9 – Imigração da População Cearense, segundo faixas de idade



Fonte: PNAD

Gráfico 1.10 – Emigração com destino ao Ceará, segundo faixas de idade.



Fonte: PNAD

Observando a população que entra no Ceará o Gráfico 1.10 acima demonstra que a maior parte está na faixa de 21 a 64 anos, 62,55%, acima de 65 anos representam 10,48%, e de zero a vinte anos, 26,97%.

Finalmente, é importante constatar que essas modificações nos aspectos demográficos do Ceará foram acompanhadas por importantes transformações sociais e econômicas, conforme será detalhado nas seções seguintes.

2.CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

Nesta seção, será apresentada a situação dos domicílios particulares e permanentes⁶ quanto aos serviços de saneamento, como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica, fornecendo assim um panorama da situação habitacional do Estado do Ceará comparando com a situação da Região Nordeste e a do Brasil.

O primeiro indicador a ser analisado é a Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a proveniência da água do domicílio for da rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou pelo menos para o terreno ou propriedade em que está situado.

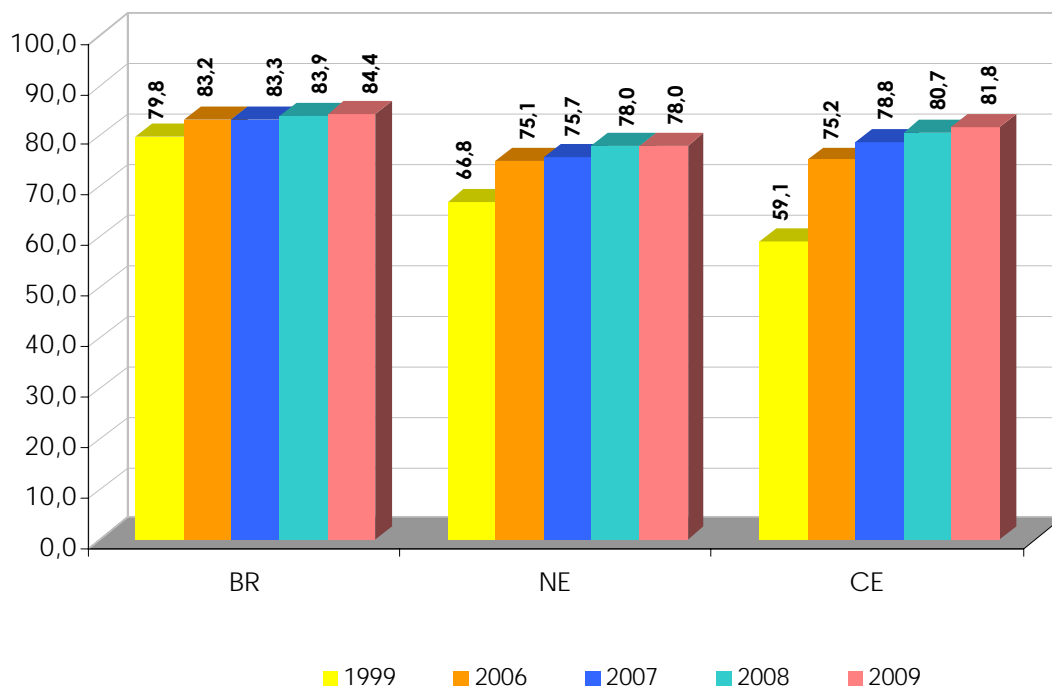
O Gráfico 2.1 mostra a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado durante o período de 1999 e a série de 2006 a 2009. Conforme este gráfico, nota-se uma elevação da proporção de domicílios com abastecimento de água adequado durante o período analisado no Brasil e Ceará.

A maior elevação deste indicador foi observada no Ceará, que passou de 59,1% em 1999, para 81,8% em 2009. Com isto, o Estado, que se encontrava em um patamar inferior em relação ao Nordeste e Brasil em 1999, foi capaz de superar a média nordestina e aproximar-se ainda mais

⁶ Segundo os dados da PNAD foi registrado o número total de 58.577.357 domicílios particulares e permanentes em 2009, no Brasil. No nordeste 15.330.845 e no Ceará 2.392.684.

da média nacional em 2009.

Gráfico 2.1: Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (%)

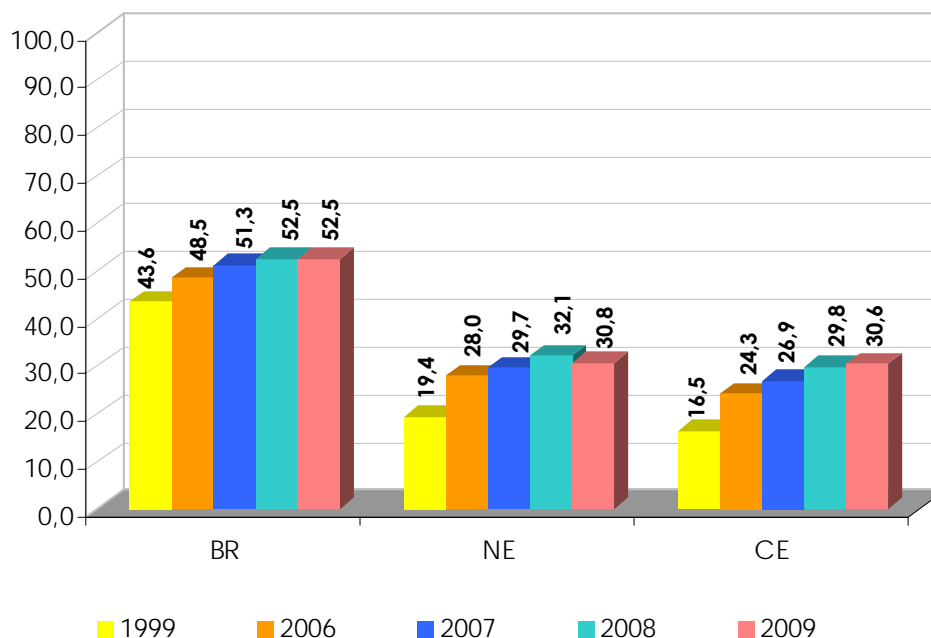


Fonte: PNAD

Quanto os serviços de esgotamento sanitário, têm aqui apresentados dois tipos de indicadores relevantes, que ajudam a identificar as condições de vida da população. O primeiro é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, e o segundo indicador é a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado.

O indicador Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto é definido pela proporção de domicílios cuja forma do escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado à rede coletora de esgoto. O Gráfico 2.2 apresenta os valores deste indicador.

Gráfico 2.2: Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (%)

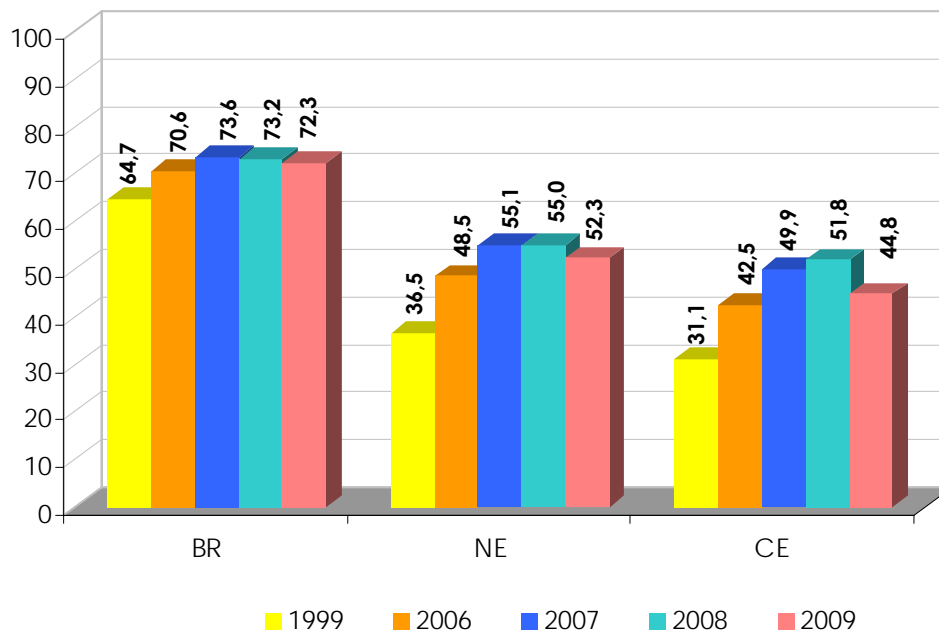


Fonte: PNAD

Conforme o Gráfico 2.2, nota-se que o Ceará apresenta uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos bastante inferior à média nacional e um pouco abaixo da média nordestina, atendendo apenas 30,6% dos seus domicílios em 2009.

Consideram-se com saneamento adequado os domicílios cuja forma do escoamento do banheiro ou sanitário é ligado à rede coletora de esgoto e/ou ligada à fossa séptica. No conjunto do país, em 2009, 72,3% do total de domicílios contavam com este serviço. Na Região Nordeste e no Estado do Ceará, observou-se uma queda do indicador de 2008 para 2009 de domicílios sem serviço de esgotamento sanitário adequado.

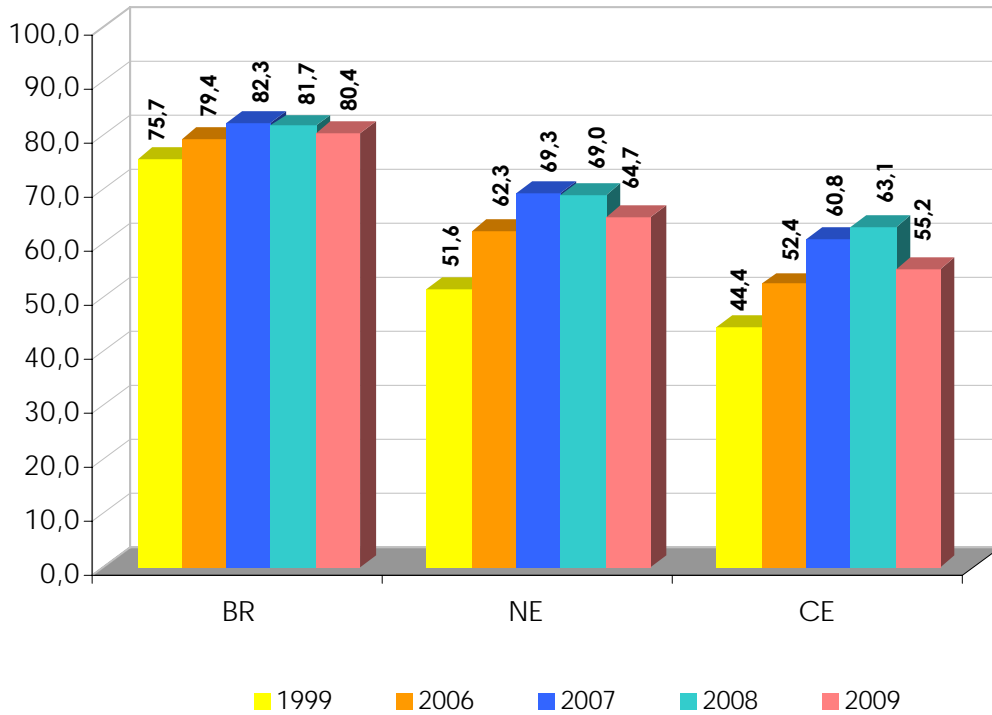
Gráfico 2.3: Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)



Fonte: PNAD

Mais especificamente, se forem considerados apenas os domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado verifica-se, conforme já seria esperado, que o percentual de domicílios atendidos piorou em 2009 em relação ao de 2008 conforme o indicador anteriormente apresentado, que considerava todos os domicílios das zonas rurais e urbanas. Conforme podem ser observados no Gráfico 2.4, a seguir.

Gráfico 2.4: Proporção de domicílios URBANOS com esgotamento sanitário adequado (%)



Fonte: PNAD

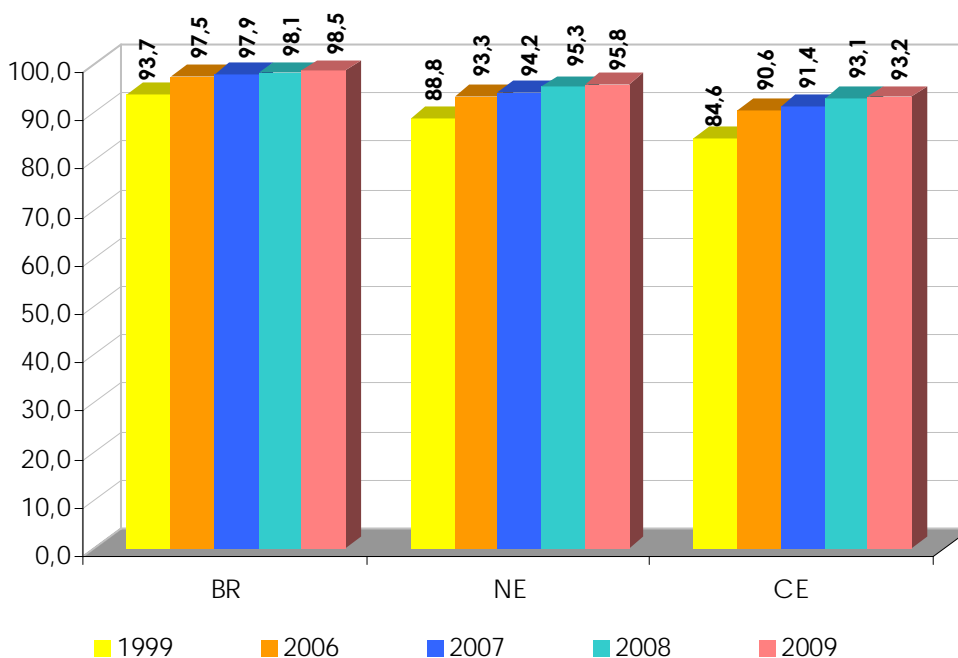
O Ceará é a área geográfica com menor percentual de domicílios urbanos com esgotamento sanitário dentre as analisadas, estando o seu indicador sempre mais próximo à média nordestina.

Outro aspecto importantíssimo é a ampliação da coleta de lixo dos domicílios urbanos, que também está relacionada a diversos problemas de saúde pública.

O Gráfico 2.5 a seguir mostra o percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo. Este indicador refere-se aos domicílios urbanos

com lixo coletado, ou seja, quando o lixo domiciliar é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada; ou coletado indiretamente, ou seja, quando é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço por empresa de limpeza pública ou privada, que posteriormente o recolha.

Gráfico 2.5: Proporção de domicílios Urbanos com coleta de lixo adequada (%)



Fonte: PNAD

Conforme é possível perceber por meio do referido gráfico, o Ceará apresentou em 2009, dentre as áreas geográficas aqui analisadas, a terceira melhor taxa de cobertura com dos domicílios urbanos com coleta de lixo adequado.

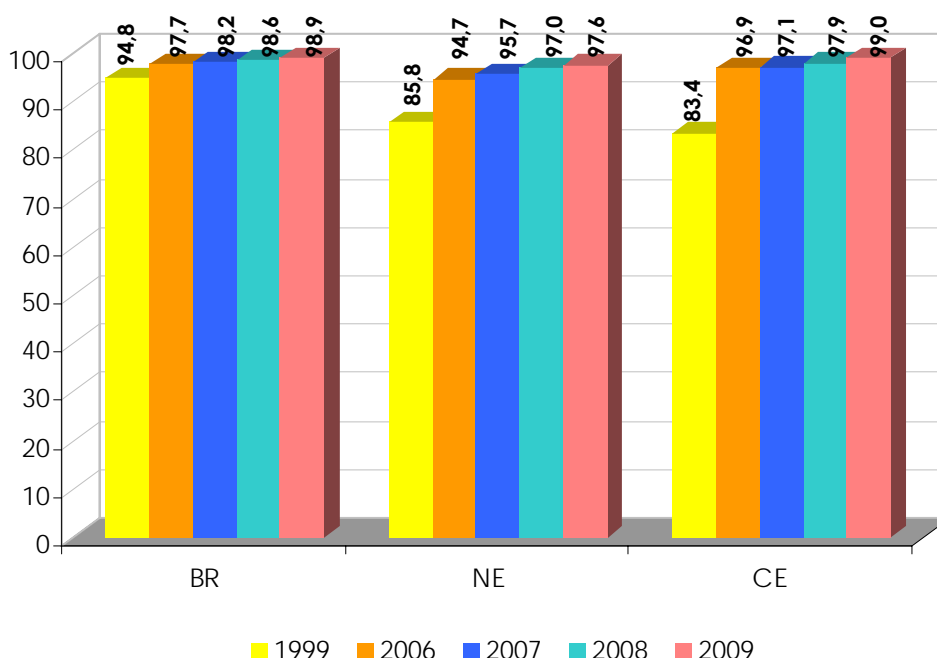
Outro indicador de extrema relevância é o que diz respeito aos domicílios com energia elétrica. Este indicador é definido pela proporção de

domicílios cuja forma de iluminação é elétrica (de rede, gerador ou solar).

Constata-se através do Gráfico 2.6 que, tanto o Ceará, como o Brasil, apresentam quase a totalidade de seus domicílios atendidos com esse serviço, que é essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social.

No Ceará, no período de 2006 a 2009, o aumento do número de domicílios com energia elétrica, passou de 96,9% em 2006 para 99,00% em 2009.

Gráfico 2.6: Proporção de domicílios com energia elétrica (%)



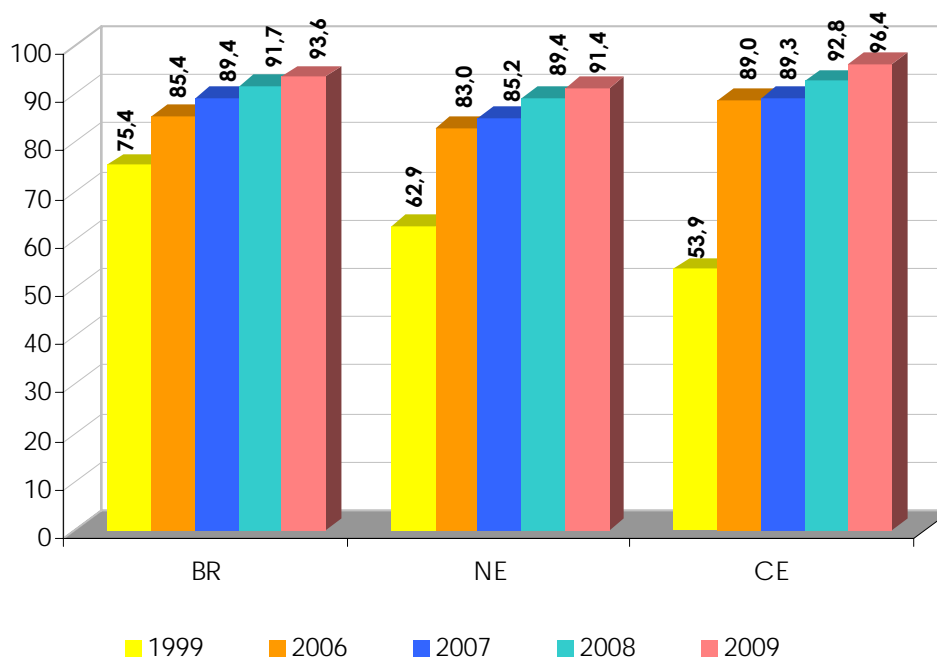
Fonte: PNAD

A tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que o percentual de domicílios rurais com energia elétrica vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos.

O Gráfico 2.7 apresenta esse percentual para o período 1999 e de 2006-

2009. Conforme o gráfico indica, em 1999, 53,9% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, ao passo que, em 2009, este percentual aumentou para 96,4%. Tal comportamento do indicador é importante, pois favorece a redução das disparidades existentes entre domicílios urbanos e rurais.

Gráfico 2.7: Proporção de domicílios rurais com energia elétrica (%)



Fonte: PNAD

Quando se considera a evolução do referido indicador entre 1999 e 2009, é possível observar que o Estado do Ceará, dentre as outras áreas geográficas analisadas, foi a que apresentou um crescimento bastante significativo, ou seja, bem maior do que as demais.

3. SAÚDE

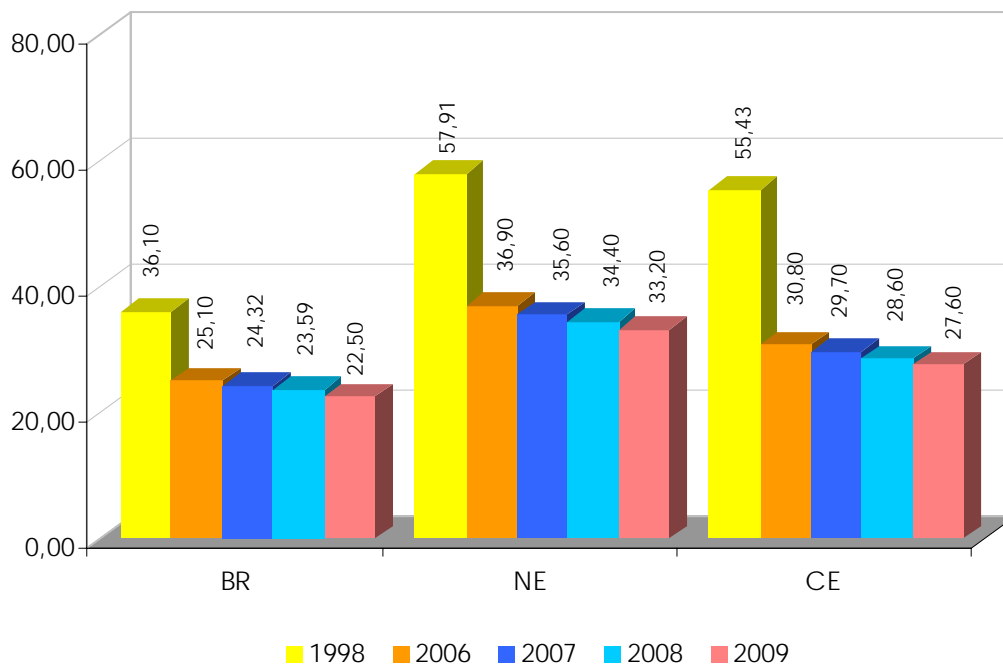
Nesta seção são apresentados alguns indicadores para a saúde. Estes indicadores são instrumentos utilizados para avaliar as condições de vida de uma população e são ferramentas importantes na elaboração de políticas públicas.

Dois indicadores são apontados como principais referências para avaliações na área de saúde. Um deles é a taxa de mortalidade infantil. O outro indicador é o de esperança de vida ao nascer, também de suma importância na mensuração da qualidade de vida das pessoas, pois sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes.

O coeficiente de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos em determinado local e ano civil, calculado na base de mil nascidos vivos. No Gráfico 3.1 abaixo consta a evolução deste indicador em 1999 e no período entre 2006 e 2009.

Conforme o gráfico indica, a taxa de mortalidade infantil ainda é relativamente elevada em todas as áreas geográficas analisadas, mas vem mostrando uma trajetória consistente de redução ao longo do tempo. Essa trajetória pode ser reflexo tanto da melhoria das condições socioeconômicas da população nos últimos anos, bem como o efeito de políticas específicas que acabaram reduzindo os óbitos das crianças de até um ano de vida, tais como as políticas de saúde preventiva, de saneamento básico e de educação.

Gráfico 3.1: Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: IBGE

Em termos de variação absoluta, a maior redução do indicador verificada durante o período 1999-2009 foi do Estado do Ceará, passando de 54,76 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 1999, para 27,60 em 2009, ou seja, uma redução de 49,60% neste indicador, representando uma queda de 27,16 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em um período de dez anos.

Essa é uma redução significativa, mas há que se considerar que quanto menor a taxa, mais difícil será obter expressivas reduções, já que os óbitos de menores de 1 ano são também um evento natural, isto é, não podem ser completamente evitados através das políticas públicas devido a uma série de fatores tais como herança genética, má formação de órgãos, condições climáticas extremas, acidentes, etc. Com base nesse argumento, não é estranho que a maior variação no indicador tenha sido verificada exatamente na área geográfica que apresenta uma das maiores taxas.

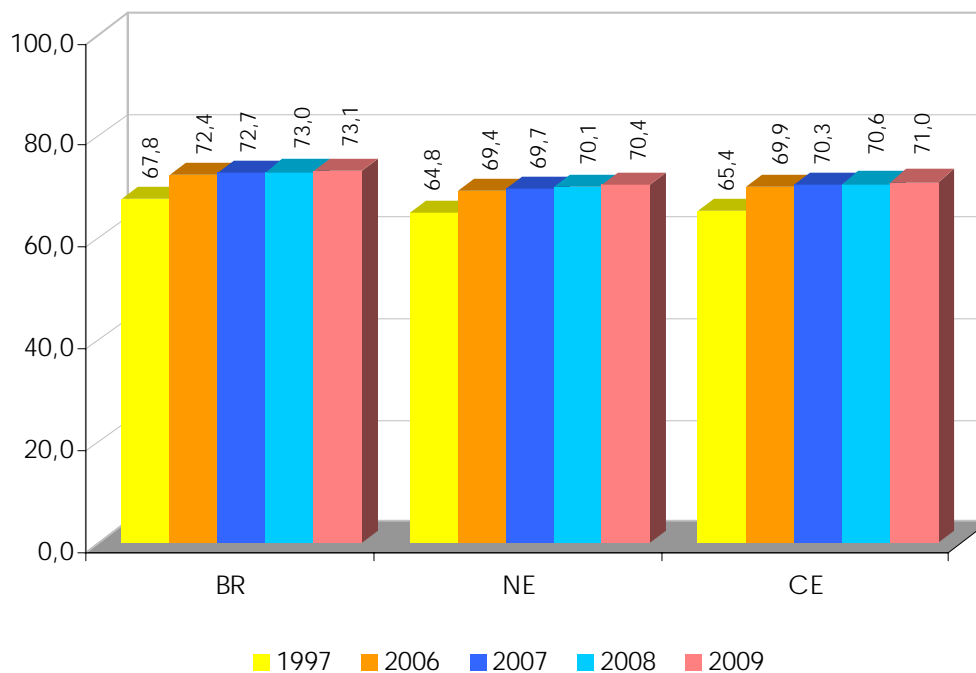
Vale salientar que as melhorias do indicador em questão podem ser mais bem visualizadas em um intervalo de tempo maior, haja vista que maiores

transformações nas condições de vida dos indivíduos demoram a acontecer, pois dependem de uma série de fatores tais como crescimento econômico, melhor distribuição de renda e da continuidade, aprofundamento e maior efetividade das políticas públicas, sejam elas de saúde, econômicas, de educação ou de saneamento básico.

Dessa forma, numa perspectiva de longo prazo e em termos relativos, a maior redução verificada no período de dez anos, dentre as áreas consideradas foi a do Ceará. Com isto, o Estado tem sido capaz de se aproximar ainda mais da média brasileira, que é, sem dúvida, um resultado desejável.

A redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2: Esperança de Vida ao Nascer



Fonte: IBGE

Conceitualmente, a esperança de vida ao nascer pode ser definida como o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

Desta forma, esse indicador é, também, muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas, bem como nas condições socioeconômicas dos indivíduos.

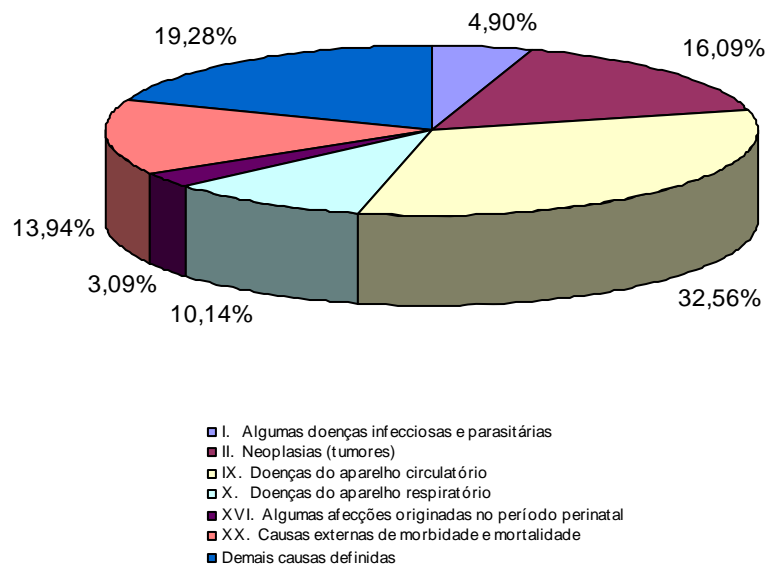
Segundo se constata no referido gráfico, no período entre 1999 e 2009, a cada ano há um pequeno acréscimo no número de anos referentes à expectativa de vida da população, ou seja, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente 4,9 anos. Seguindo um mesmo padrão das áreas analisadas, essa variação foi compatível com a variação da média nacional e um pouco menor que a variação da média nordestina.

Esta melhoria neste indicador reforça o argumento de que as modificações no padrão de vida da população no longo prazo podem ter um efeito bastante significativo sobre os indicadores de saúde. No entanto, mudanças expressivas na esperança de vida geralmente levam mais tempo para se manifestar que as mudanças na mortalidade infantil.

No que se refere às causas de mortalidade, tem se observado que as decorrentes de fatores externos vêm adquirindo peso significativo na estrutura geral dos óbitos, principalmente na população masculina jovem. Como se observa no Gráfico 3.3 abaixo, as mortes decorrentes de causas externas representam 13,94 % das causas de morte da população do Estado

do Ceará.

Gráfico 3.3: Principais causas de Mortalidade no Ceará - 2008

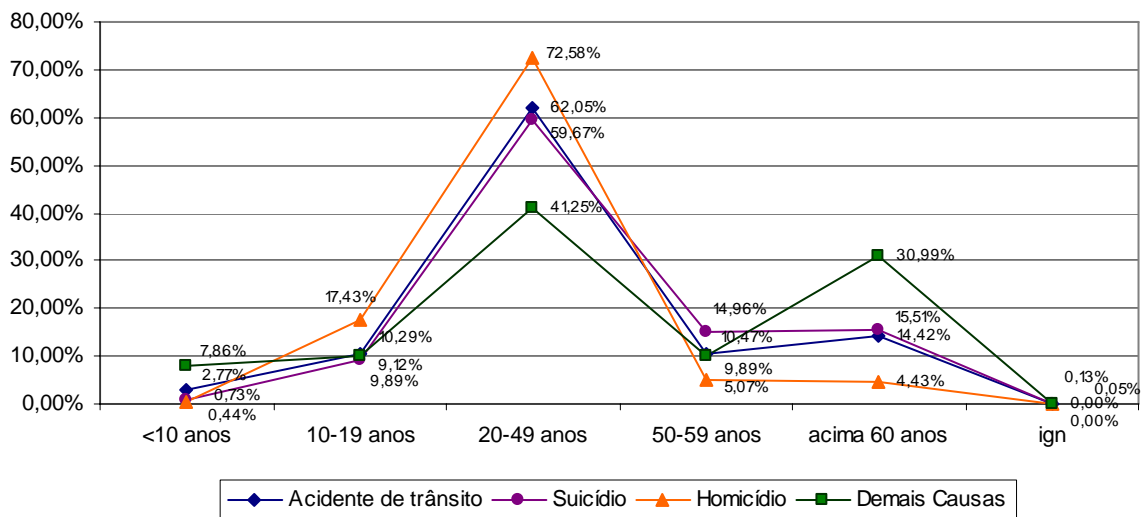


Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009. Dados de 2008 são preliminares.

As mortes por causas externas podem ser desagregadas em diferentes fatores, dentre os quais se destacam homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, entre outras causas.

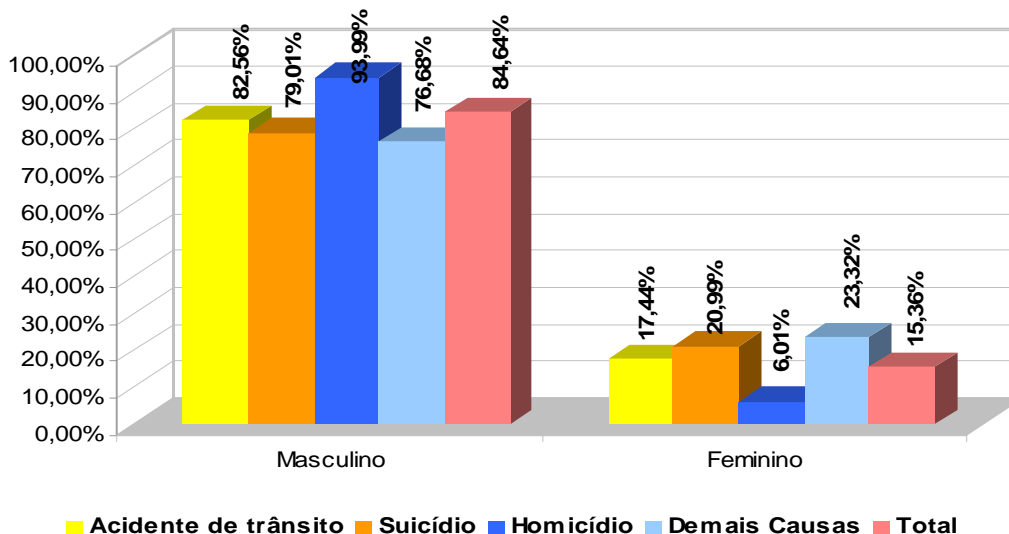
O Gráfico 3.4 abaixo apresenta uma desagregação das mortes ocasionadas por causas externas por grupos de idade no ano de 2008 para ambos os sexos. As mortes ocasionadas por homicídios e acidentes de trânsito se destacam como principais fatores de mortalidade, principalmente na população jovem.

Gráfico 3.4: Principais causas de mortalidade dentre as causas externas por faixas de idade em ambos os sexos - 2008



Fonte: DATASUS

Gráfico 3.5: Proporção das causas de mortalidade dentre as causas externas por gênero - 2008



Fonte: DATASUS

Percebe-se que é grande a diferença das mortes por causas externas, quando se observa os sexos separadamente, havendo uma maior incidência de pessoas do sexo masculino em todas as causas de morte, e se destacando principalmente no fator homicídios, que corresponde a 35,14% do total das causas externas em ambos os sexos, sendo que deste total

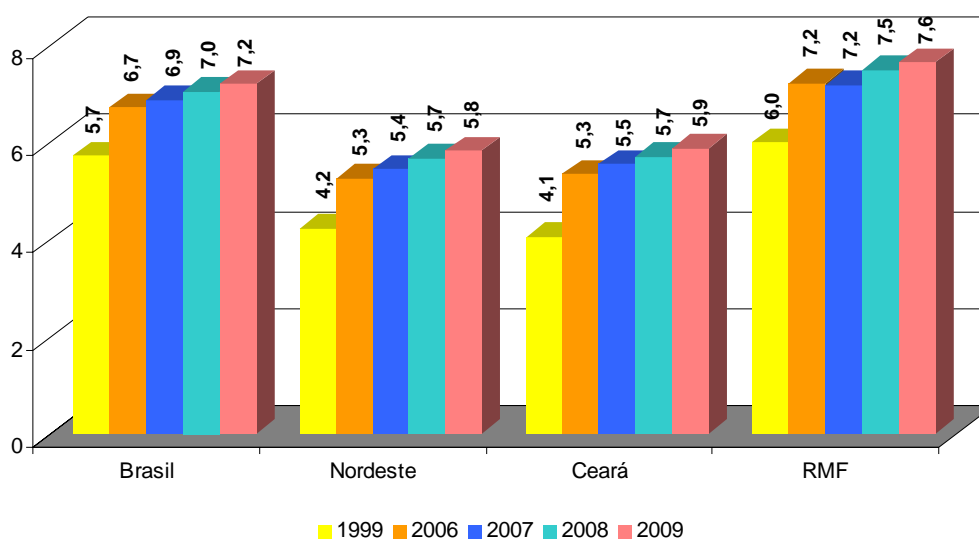
93,99% são do sexo masculino. Do total de mortes por causas externas, 84,64% correspondem ao sexo masculino, contra apenas 15,36% correspondendo ao sexo feminino.

4. EDUCAÇÃO

Nesta seção, procura-se fazer um comparativo dos diferentes indicadores educacionais entre as unidades geográficas consideradas. Tornando possível, mesmo dentro de algumas limitações, analisar a evolução de uma variável chave para o processo de desenvolvimento econômico.

Neste contexto, o Gráfico 4.1, a seguir, apresenta o primeiro indicador básico no que tange à evolução educacional: a escolaridade média dos adultos de 25 anos ou mais de idade. De fato, em trabalhos empíricos, é este o indicador que tem servido como parâmetro sintético para diagnosticar o estoque de capital humano de alguma área geográfica. De acordo com os dados, a tendência do aumento médio dos anos de estudo é clara, mas os efeitos de um ano para outro são lentos.

Gráfico 4.1: Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais



Fonte: PNAD

Neste mesmo gráfico, pode-se observar que a primeira evidência tácita é que o Estado do Ceará e a Região Nordeste apresentaram os resultados médios mais baixos. Para o Brasil e a Região Metropolitana de Fortaleza, os

resultados são mais parecidos com o último, sempre estando na vanguarda com relação aos demais.

É possível que estes resultados sejam reflexos, principalmente, do que é observado nos resultados dos gráficos 4.2 e 4.3, a seguir. Com efeito, as gerações nascidas a partir da década de 1980, em certa medida, vêm logrando êxito no que tange ao aumento no grau de escolaridade e término dos ciclos de estudo. De certa forma, são essas pessoas que acabam elevando a média dos anos de estudo das diferentes áreas geográficas.

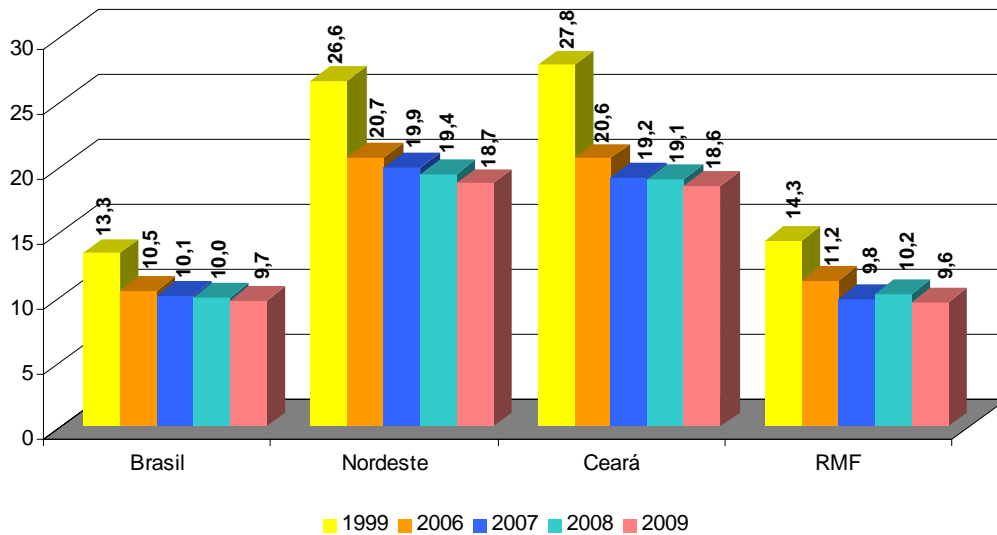
Por outro lado, as evidências empíricas mostram que as gerações passadas no Brasil, em decorrência de uma série de fatores, encontraram uma série de adversidades para permanecerem na escola. Como consequência, essas gerações não acumularam um estoque de anos de estudo suficientemente adequado. De fato, existem evidências de que a baixa escolaridade dos trabalhadores no Brasil, e principalmente nas áreas mais pobres, como o Nordeste, são as causas para o baixo crescimento econômico. E é o peso destas gerações que tem reduzido a média dos anos de estudo nestas diferentes regiões.

No Gráfico 4.2 abaixo, tem-se a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Semelhantemente ao resultado anterior, observa-se que para o Brasil e a Região Metropolitana de Fortaleza os resultados são parecidos ocorrendo o mesmo para a Região Nordeste e o Estado do Ceará. Neste último caso, as duas áreas geográficas apresentaram quase o dobro de analfabetos que as das duas primeiras.

Já o Gráfico 4.3, a seguir, considera o percentual de analfabetos funcionais entre os adultos com 25 anos ou mais. Conforme este gráfico, o Ceará apresenta em 2009 um percentual de mais de 38% de analfabetos funcionais em sua população adulta, o maior de todas as

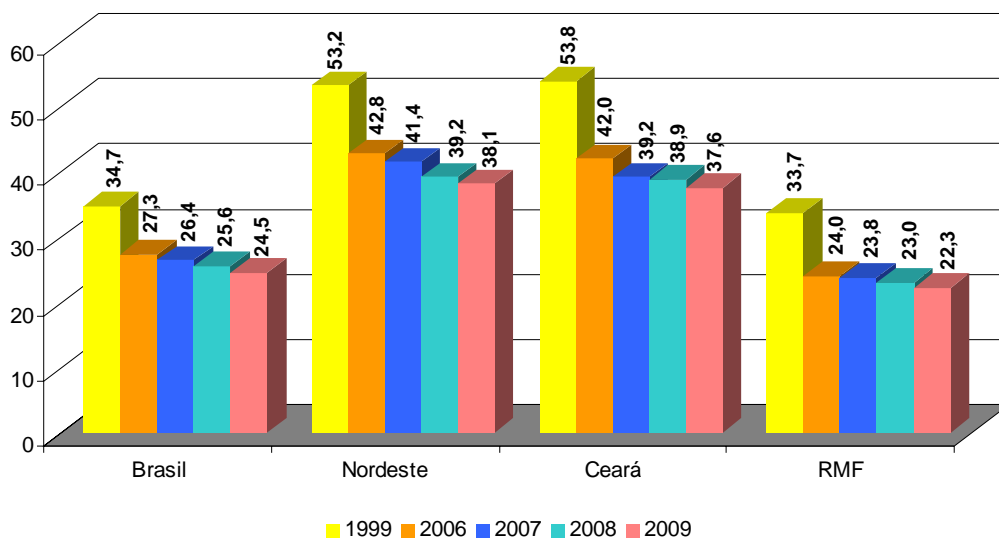
áreas geográficas.

Gráfico 4.2: Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)



Fonte: IPNAD

Gráfico 4.3: Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%)

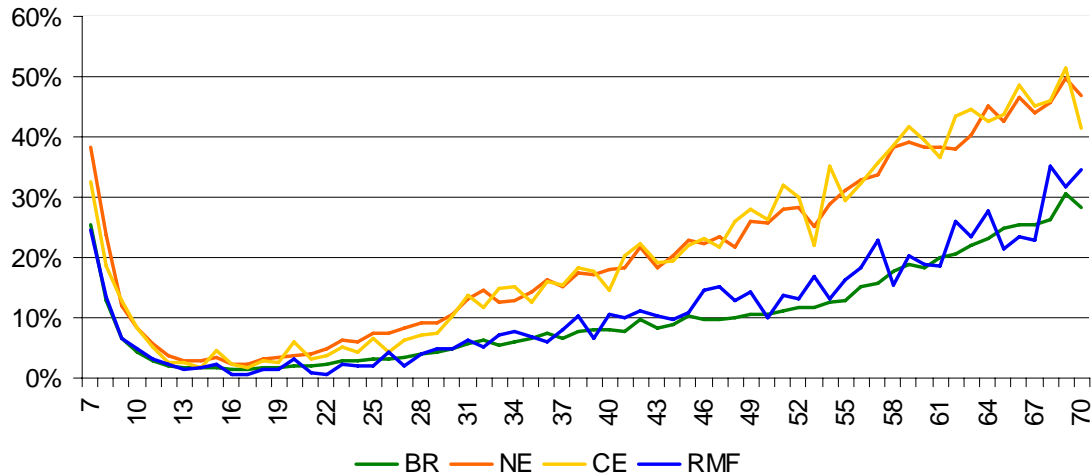


Fonte: PNAD

Como forma de reforçar os argumentos anteriores, o Gráfico 4.4, a seguir, apresenta um retrato mais detalhado da taxa de analfabetismo para pessoas com idade entre 7 e 70 anos apenas para o ano de 2009. Mais uma vez, como se pode observar, as semelhanças entre Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza são claras, assim como Região Nordeste e Estado do Ceará.

Apesar de as crianças apresentarem percentuais altos de analfabetismo, o que é um caso preocupante já que as mesmas estão nas escolas, os percentuais são crescentes com relação à idade, principalmente a partir dos cinquenta anos, o que reflete ser estas gerações mais antigas as que apresentam os indicadores mais graves no que tange à educação.

Gráfico 4.4: Taxa de Analfabetismo por Idade - 2008 - Pessoas de 7 a 70 anos (%)



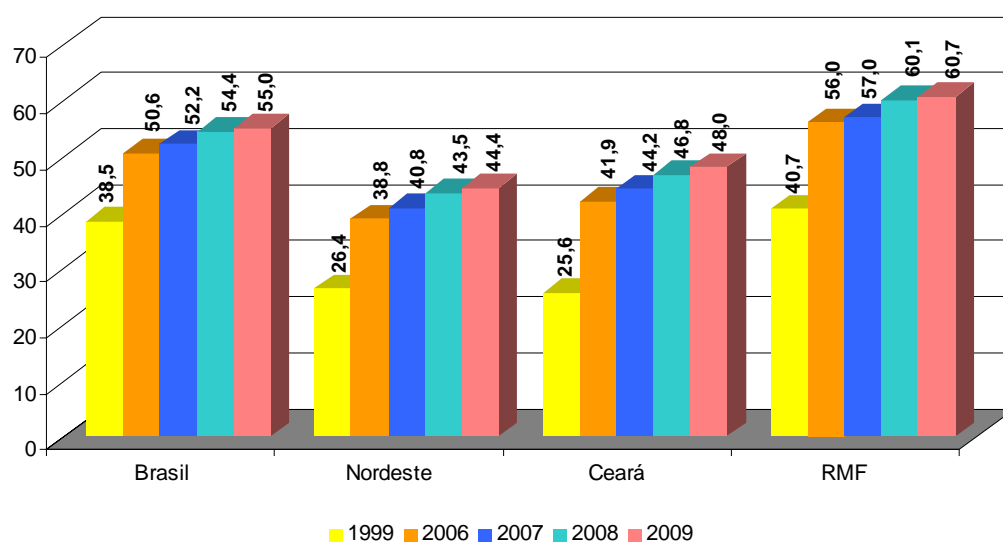
Fonte: PNAD

Uma forma alternativa e mais detalhada de observar o retrato educacional seria através do estoque de pessoas que terminaram algum ciclo de estudo como forma de observar a distribuição educacional dos diferentes grupos pelo grau de ensino. Em termos de políticas públicas torna-se uma análise fundamental.

Analisando a distribuição de pessoas pelos três ciclos de estudo pode-se determinar a demanda para cada um deles de acordo com o quantitativo distribuído entre eles. Além disso, os níveis de estoque de pessoas em determinado ciclo, como o estoque das pessoas que se encontram no Ensino Médio, por exemplo, podem decorrer da escassez de oferta de cursos de nível superior.

Nesse sentido, os gráficos 4.5, 4.6 e 4.7 a seguir apresentam, respectivamente, o percentual da população que tem pelo menos o Ensino Fundamental, Médio e Superior completo. No caso do primeiro, consideraram-se as pessoas de 15 anos ou mais, enquanto nos dois últimos consideraram-se as pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Gráfico 4.5: Percentual da População com pelo menos o Ensino Fundamental Completo – 15 anos ou mais



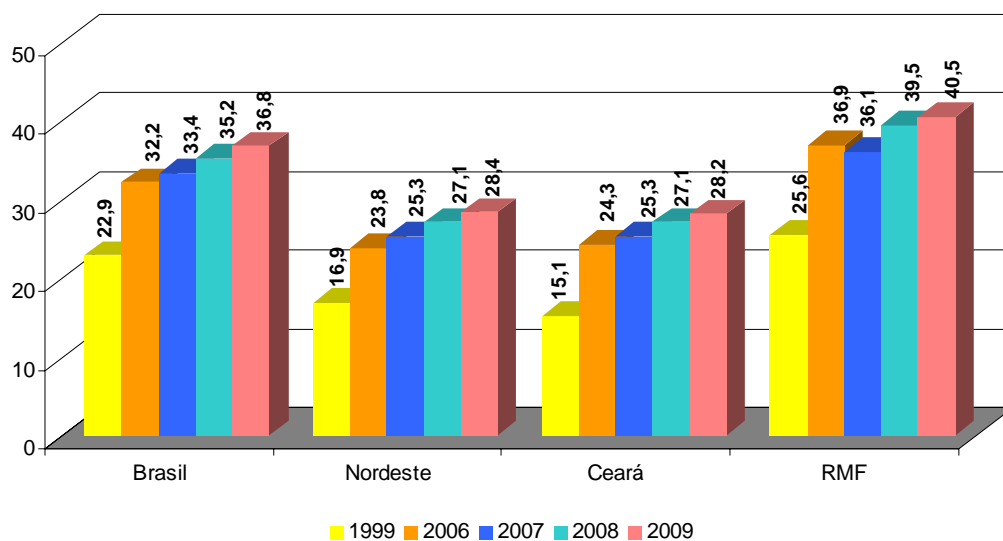
Fonte: IPNAD

No Gráfico 4.5 pode-se observar, novamente, a Região Metropolitana de Fortaleza como a que apresenta o indicador mais favorável na medida em que mais de 60% da população concluiu o Ensino Fundamental. Neste

mesmo indicador, pode-se também observar a evolução do Estado do Ceará tendo em conta que em 1999 apresenta um estoque menor que a Região Nordeste e em 2009 apresenta quase 4% a mais que os nordestinos.

Para o percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo, o gráfico 4.6 a seguir apresenta os resultados. Na vanguarda, os indicadores são novamente favoráveis à Região Metropolitana de Fortaleza, seguida do Brasil. Neste quesito, apesar de o Estado do Ceará apresentar uma evolução favorável, o mesmo não conseguiu se desvencilhar em relação à Região Nordeste, inclusive apresentado um resultado levemente inferior ao último para o ano de 2009.

Gráfico 4.6: Percentual da População Adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo – 25 anos ou mais

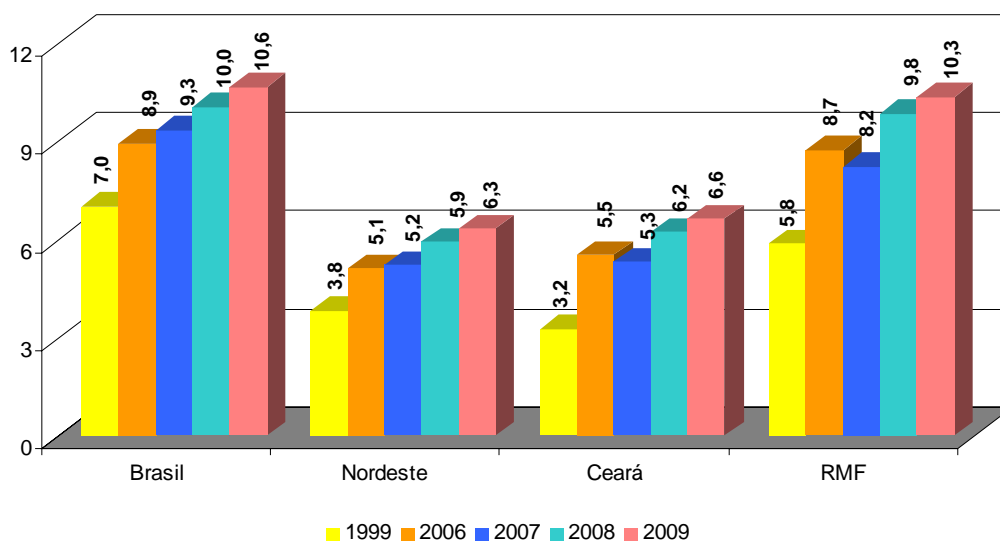


Fonte: PNAD

Para o percentual de pessoas que concluíram o nível superior, o Gráfico 4.7 a seguir apresenta os resultados. Comparando Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza e Região Nordeste e Estado do Ceará, pode-se observar que os percentuais praticamente não se diferem um do outro. Neste caso, mesmo para o Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza, os resultados não são

favoráveis e diferentes do Nordeste e do Ceará.

Gráfico 4.7: Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais

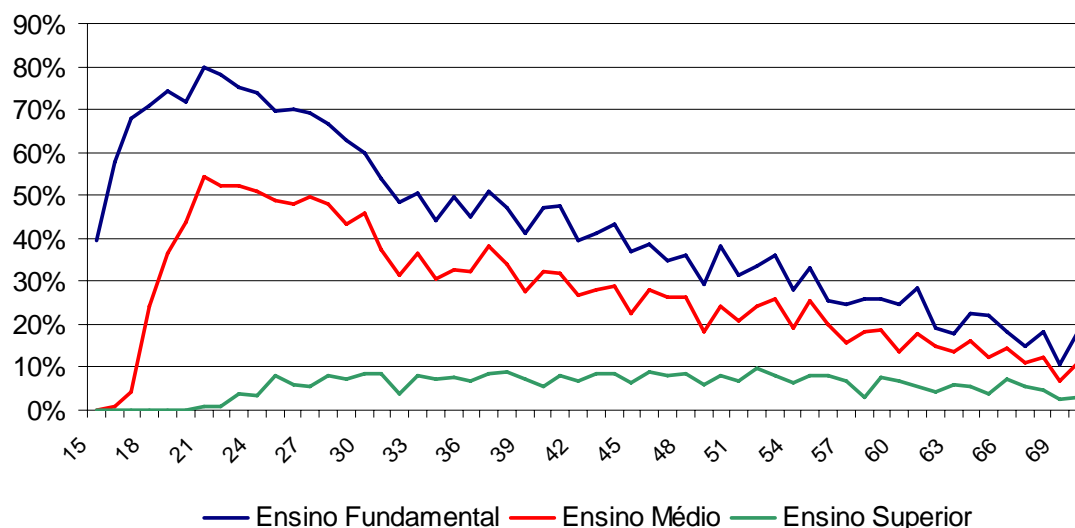


Fonte: PNAD

O que também se pode destacar é que estes percentuais estão muito aquém dos padrões internacionais. Países desenvolvidos, e muitos países de renda média como o Brasil, possuem uma população adulta com mais de 20% com nível superior. Em alguns desses países, o percentual é maior que 30%. Mesmo na Região Metropolitana de Fortaleza, que apresentou indicadores educacionais favoráveis em relação a todas as áreas geográficas, os dados aqui são semelhantes e, muitas vezes, ligeiramente inferiores ao Brasil.

Por fim, é feita uma análise mais detalhada para o ano de 2009 no Estado do Ceará considerando as pessoas com idade de 15 a 70 anos. Conforme se pode observar, os dados do Gráfico 4.8 indicam que a juventude tem logrado êxito no término do Ensino Fundamental e Médio, mas não no Superior. No caso das pessoas que concluíram o Ensino Superior, observa-se uma relativa constância do estoque ao longo da idade.

Gráfico 4.8: Porcentagem de Pessoas que Concluíram o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior por anos de Idade – Ceará – 2008



Fonte: IBGE/PNAD

Além disso, os dados do presente gráfico parecem sugerir que as pessoas que terminam o ciclo de Ensino Médio não estão conseguindo adentrar no Ensino Superior. Talvez este seja o cerne do problema se conjugarmos estes dados com o do gráfico anterior. Novamente, é preciso entender porque as pessoas estão terminando o Ensino Médio, mas não estão conseguindo migrar para o ensino superior. Se é um problema de oferta, ou mesmo de demanda por parte delas (como, por exemplo, escassez de crédito para custear o curso). Somente pesquisas nesse âmbito podem responder a estas perguntas.

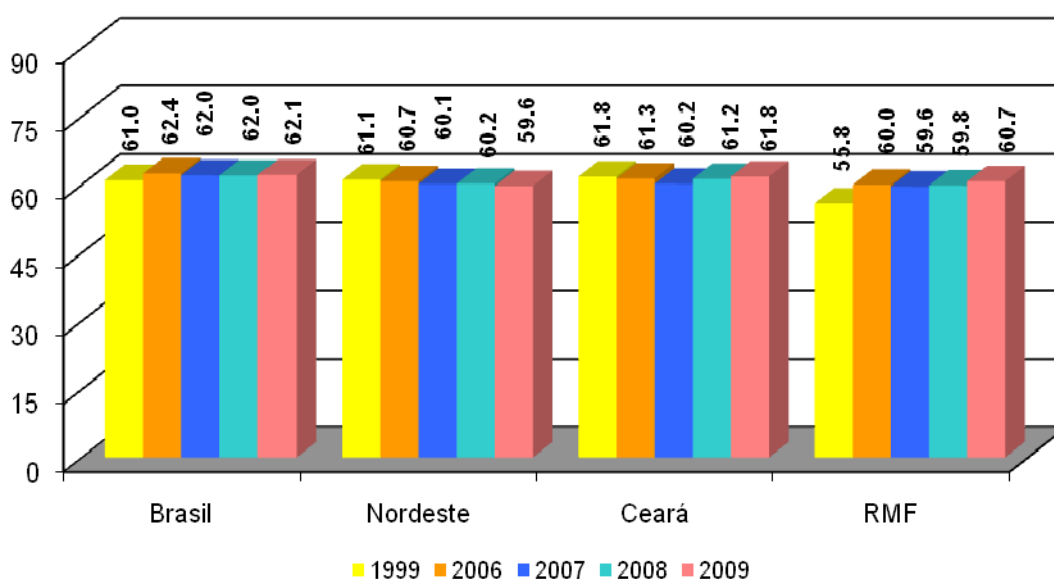
5. TRABALHO E RENDIMENTO

Esta seção tem como objetivo apresentar e avaliar o comportamento do mercado de trabalho cearense nos últimos anos. Dentre os indicadores clássicos temos as taxas de participação, ocupação e desemprego, bem como a renda do trabalho. Diversos indicadores também são apresentados para as seguintes unidades geográficas: Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O objetivo é realizar um comparativo entre estas dimensões territoriais, considerando a heterogeneidade e as desigualdades regionais brasileiras.

O primeiro indicador analisado é a taxa de participação que expressa a proporção de pessoas em idade ativa incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, ou seja, economicamente ativas. Este indicador é calculado por meio da razão entre PEA (população economicamente ativa) e PIA (população em idade ativa).

Considerando o período de 10 anos, entre 1999 e 2009, é possível notar pequenos aumentos na taxa de participação para o Brasil e para a RMF. Considerando a Região Nordeste, tem-se uma leve redução na taxa de participação (61,1% em 1999 e 59,6% em 2009). O maior aumento foi observado para a RMF, de 55,8% para 60,7%, indicando uma maior proporção de indivíduos no mercado de trabalho, sejam eles, empregados ou desempregados. A taxa de participação estimada para o Ceará foi de 61,8% em 2009, o que representa uma situação estável em relação ao mesmo valor observado em 1999.

Gráfico 5.1: Taxa de participação



Fonte: PNAD

No caso do Ceará, a PIA estimada em 2009 foi de pouco mais que 7,1 milhões de pessoas. Destes, 4,4 milhões estavam ativos no mercado de trabalho. A RMF, por sua vez, concentra 3 milhões de pessoas em idade ativa, das quais pouco mais de 1,8 milhões de pessoas estão em atividade no mercado de trabalho.

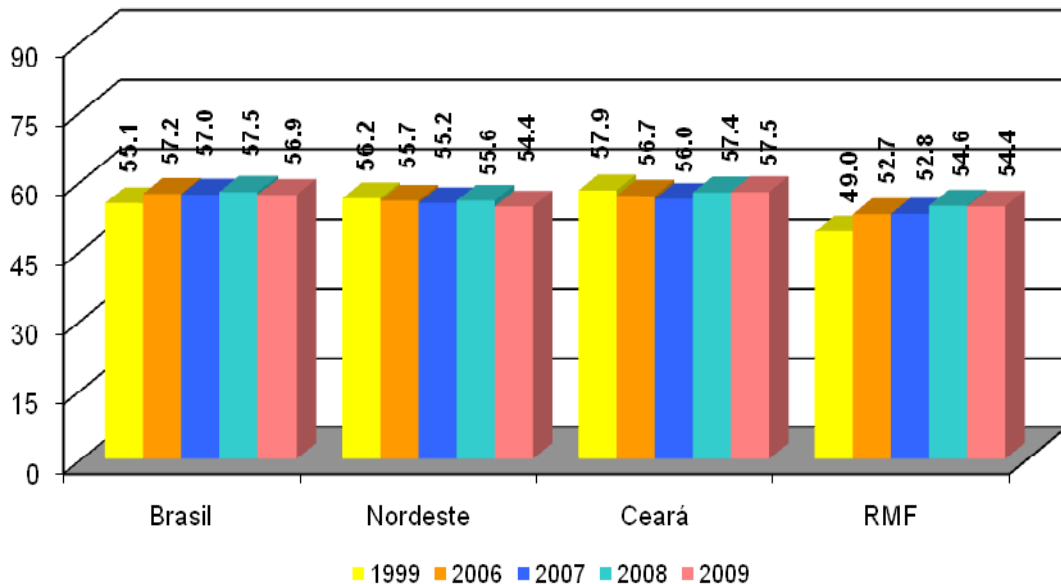
Outro indicador bastante requisitado é a taxa de ocupação que indica o percentual de trabalhadores em idade ativa que estão ocupados. Assim, a taxa é calculada por meio da razão entre os trabalhadores ocupados e a PIA.

Com relação à taxa de ocupação, quando tomamos o período 1999-2009, novamente observa-se um crescimento para o Brasil e para a RMF. A região Nordeste e o Ceará apresentam uma pequena redução.

Por sua vez, a taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a

população desocupada (desempregada) e a PEA, constituindo outro importante indicador e o mais requisitado em avaliações do mercado de trabalho.

Gráfico 5.2: Taxa de ocupação

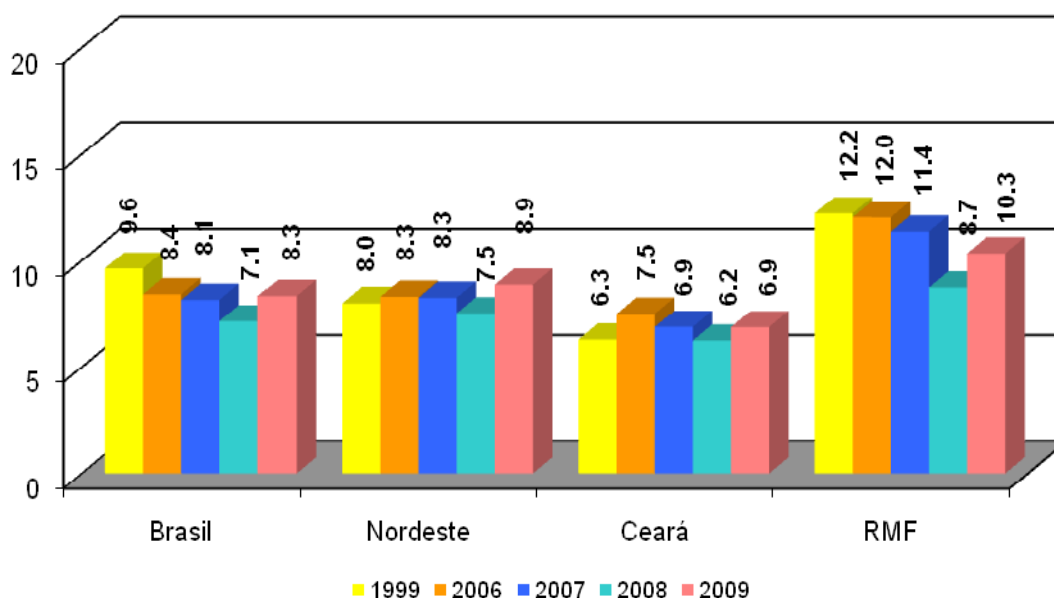


Fonte: PNAD

Considerando o período 1999-2009, a taxa de desemprego apresentou reduções consideráveis para o Brasil e para a Região Metropolitana de Fortaleza, e pequenos aumentos para a Região Nordeste e o Ceará. Quando observamos o período 2006-2009 tem-se que a taxa de desemprego foi decrescente para todas as unidades geográficas, com exceção da Região Nordeste, que apresentou uma taxa de desemprego em 2009 superior à taxa observada em 1999.

Em 2009, aproximadamente, 4,1 milhões de pessoas foram consideradas como ocupadas no Estado do Ceará, enquanto que por volta de 300 mil pessoas estavam na condição de desempregadas. Na RMF, o número de ocupados foi de aproximadamente 1,6 milhões e o de desempregados foi de quase 188 mil pessoas.

Gráfico 5.3: Taxa de Desemprego

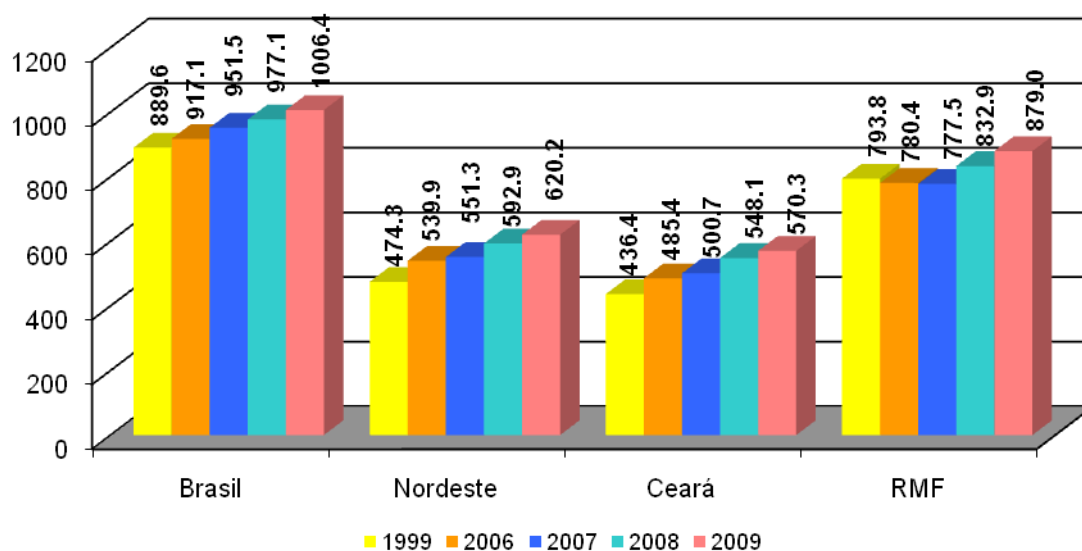


Fonte: PNAD

Indicadores de rendimentos também são muito importantes para a avaliação do mercado de trabalho. Aqui se analisa o rendimento médio de todos os trabalhos considerados em valores reais, tendo como base o ano de 2009. Os valores desta medida de renda estão apresentados no Gráfico 5.4.

A análise deste gráfico permite observar de forma direta um crescimento real do rendimento médio proveniente do trabalho no período 2006-2009. Outra observação pertinente que o gráfico permite é a diferença entre os rendimentos médios obtidos pelos trabalhadores nas diferentes unidades geográficas. A Região Nordeste e o Estado do Ceará possuem uma renda média consideravelmente inferior àquela obtida em nível nacional. Já a RMF apresenta rendimentos médios superiores aos observados para o Ceará e para o Nordeste, o que demonstra a já conhecida concentração de rendimentos em áreas metropolitanas.

Gráfico 5.4: Renda média de todos os trabalhos

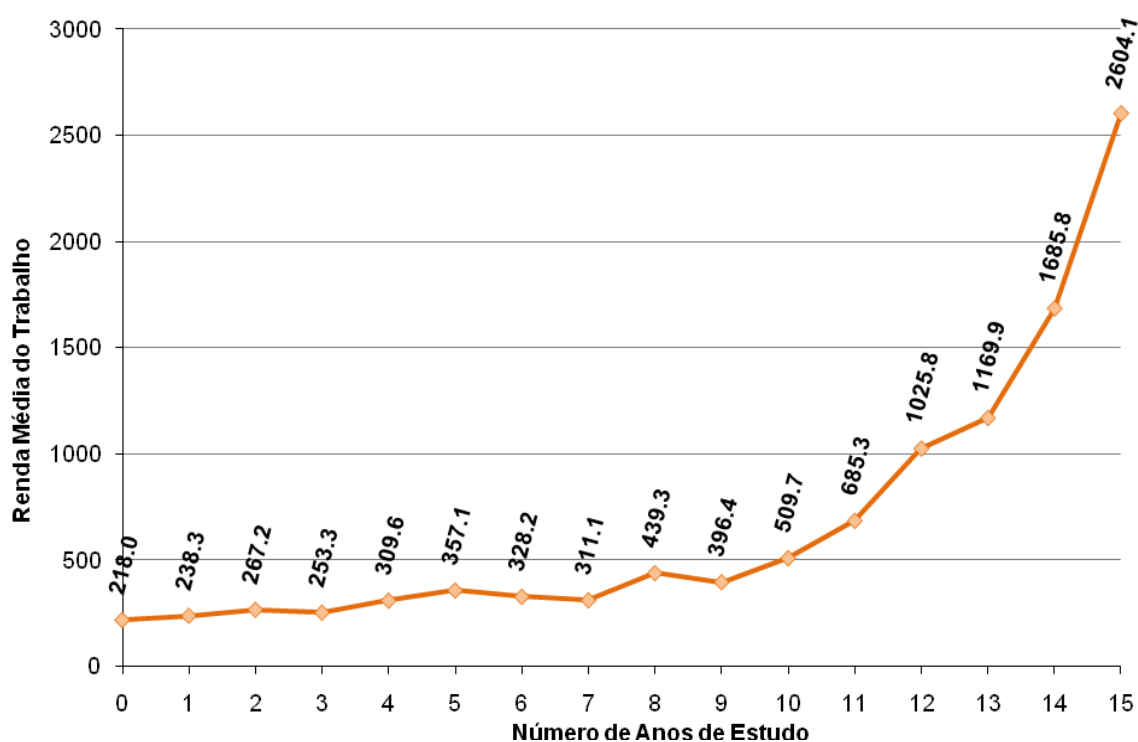


Fonte: PNAD

Os rendimentos do trabalho possuem uma relação estreita com o nível de educação dos trabalhadores. É bastante razoável esperar que trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados obtenham melhores cargos e maiores salários. Esta evidência é confirmada quando relacionamos os dados de renda média do trabalho e anos de estudo como faz o Gráfico 5.5, que apresenta a relação entre anos de estudo e rendimentos do trabalho para o Estado do Ceará no ano de 2009.

Neste Gráfico, é possível observar que o retorno da educação é maior para anos adicionais de estudo, principalmente após os 12 anos, o que seria equivalente aos anos adicionais após a conclusão do Ensino Médio.

Gráfico 5.5: Renda média do trabalho por anos de estudo (2009) – Ceará.



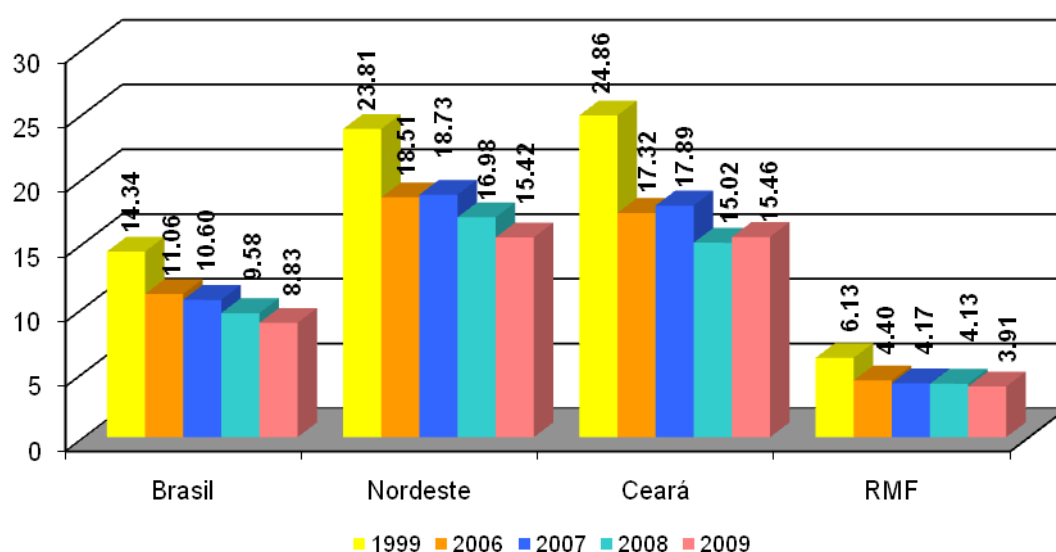
Fonte: PNAD

Outra importante classe de indicadores refere-se a valores relativos à participação de trabalhadores por faixa de rendimentos. Essa classe de indicadores pode oferecer uma noção importante acerca da qualidade do emprego.

O Gráfico 5.6 apresenta o percentual da população ocupada sem rendimentos. Pode-se observar que de 1999 a 2009 esse percentual sofreu uma redução considerável em todas as dimensões geográficas em consideração.

Além da redução do percentual da população ocupada sem rendimentos, verifica-se que, em relação ao ano de 2009, houve um aumento no percentual da população ocupada recebendo até dois salários mínimos (02 salários-mínimos). Considerando a série a partir de 2006, nota-se que este indicador segue uma trajetória estável. A informação do percentual de trabalhadores com rendimentos inferiores a 02 salários-mínimos está apresentada no Gráfico 5.7.

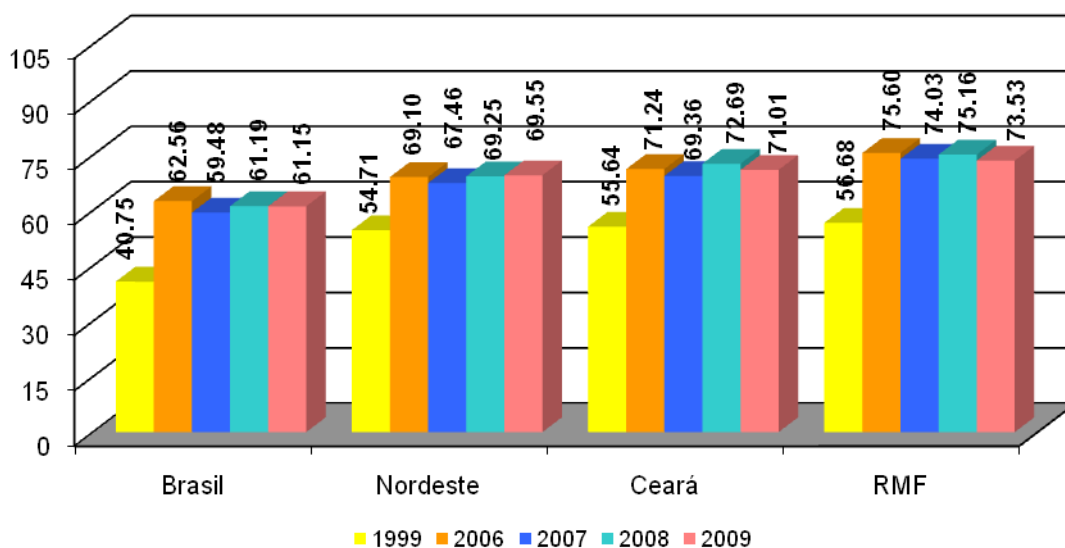
Gráfico 5.6: Percentual da População Ocupada sem Rendimentos



Fonte: PNAD

A combinação destas mudanças pode estar indicando uma melhoria nas condições de remuneração no mercado de trabalho. O aumento do percentual da população ocupada com rendimentos recebendo até dois salários mínimos foi inferior à redução do percentual da população ocupada sem rendimentos. Isto indica que uma parcela da população ocupada que não auferia renda passa a auferir, e que uma parcela que recebia até dois salários mínimos passa a ganhar rendimentos maiores, evento este que reflete diretamente no aumento na renda média dos trabalhadores.

Gráfico 5.7: Percentual da População Ocupada com Rendimentos até 2 s.m.



Fonte: PNAD

Como forma de retratar o mercado de trabalho também se torna interessante apresentar o perfil da população de trabalhadores. Nesse sentido, outro tipo de análise importante refere-se às diferenças de ocupação entre os diferentes grupos populacionais discriminados por cor e sexo. A Tabela 5.1 apresenta as taxas de ocupação e de desemprego para indivíduos classificados de acordo com a raça/cor e sexo para o Estado do Ceará no ano de 2009.

A partir dos dados da Tabela 5.1, observa-se que, no geral, indivíduos do sexo masculino e de cor branca apresentam uma melhor inserção no mercado de trabalho. No entanto, no caso de negros e pardos essa não parece ser uma regra quando observamos os dados para a Região Nordeste e o Estado do Ceará. Nesses casos, a melhor explicação parece estar relacionada com o próprio perfil da população em cada uma destas

dimensões geográficas.

Tabela 5.1: Taxa de ocupação e taxa de desemprego por sexo e cor/raça (2009)

Taxa de ocupação				
	Branco		Negros e pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	68.28	48.11	67.38	45.60
Nordeste	65.72	42.70	67.11	42.85
Ceará	67.94	47.16	69.14	47.30
RMF	63.80	46.87	63.57	46.15

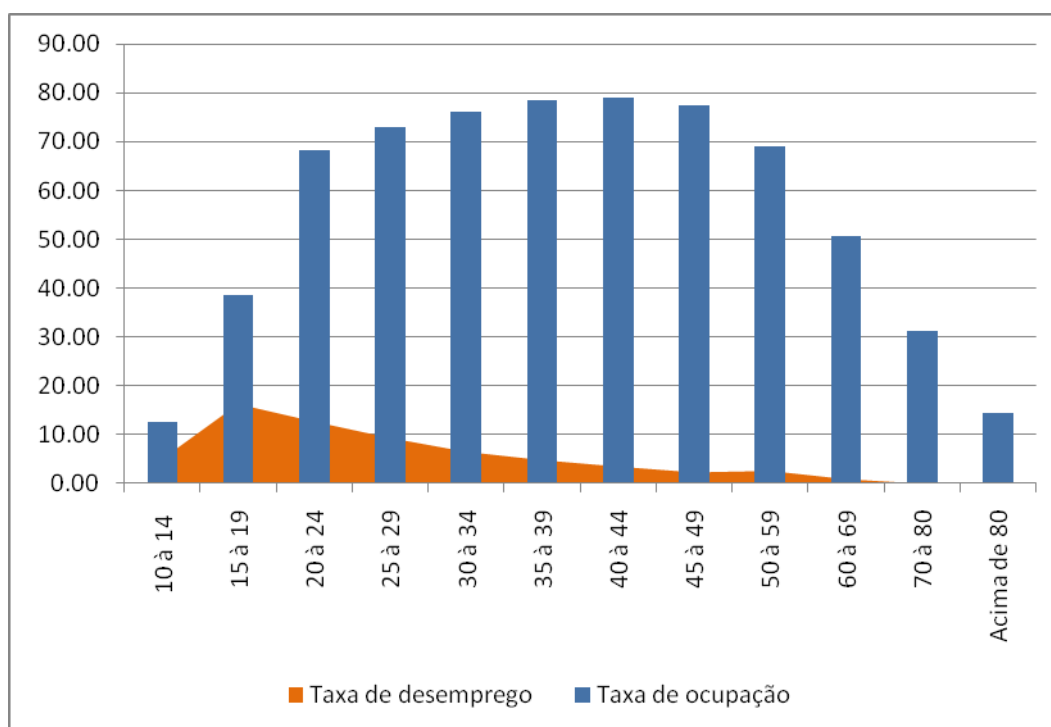
Taxa de desemprego				
	Branco		Negros e pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	5.48	9.41	6.78	12.62
Nordeste	5.86	10.67	6.75	12.59
Ceará	5.38	9.58	5.43	8.28
RMF	8.05	11.07	9.32	12.33

Fonte: PNAD

Agora, considerando a divisão por grupos etários, o Gráfico 5.10 apresenta as taxas de ocupação e desemprego para o Ceará em 2009. Com relação à taxa de ocupação tem-se que esta segue um comportamento crescente entre os jovens até a faixa etária de 36 à 39 anos, quando se torna estável. A partir da faixa etária de 50 anos, a ocupação volta a recuar. Esta informação retrata muito bem o que poderia ser caracterizado como sendo o “ciclo de vida” de um trabalhador no mercado de trabalho.

Já com relação à taxa de desemprego, observa-se que esta é mais incidente entre os jovens, principalmente a partir dos 15 anos de idade, que é o período em que muitos começam a procurar uma colocação no mercado de trabalho.

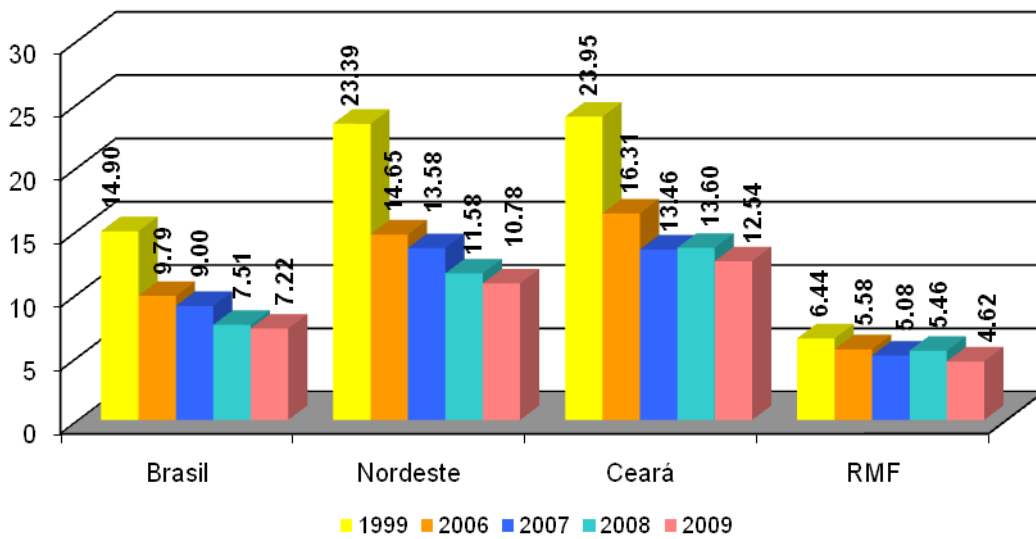
Gráfico 5.10: Taxa de ocupação e taxa de desemprego por grupos etários (2009) – Ceará



Fonte: PNAD

Uma questão problemática em relação ao mercado de trabalho é a do trabalho infantil. A população infantil corresponde a uma parcela bastante vulnerável da população. Considerando um subgrupo da população infantil (de 10 a 14 anos de idade), o Gráfico 5.10 apresenta a taxa de ocupação infantil no ano de 1999 e no período 2006-2009.

Gráfico 5.10: Taxa de ocupação infantil



Fonte: PNAD

Nesse gráfico, é possível visualizar uma queda importante na taxa de ocupação infantil. No entanto, a questão do trabalho infantil ainda corresponde a um problema que merece atenção, principalmente no Nordeste e no Ceará.

6 – RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Nesta seção, será realizada uma comparação da evolução da renda domiciliar *per capita*, da distribuição de renda e do número de indivíduos vivendo em situação de pobreza, evidenciando a relação existente entre essas variáveis, uma vez que reduções no nível de pobreza dependem do crescimento da renda média e/ou da redução da desigualdade de renda.

A redução da pobreza ocorre quando a renda dos mais pobres aumenta, e esse aumento na renda dos mais pobres pode resultar tanto do crescimento da renda média como de reduções no grau de desigualdade. Em uma economia onde a desigualdade é mais baixa, pode-se esperar que os pobres obtenham uma maior participação dos ganhos obtidos com o crescimento da renda do que em uma economia em que a desigualdade é elevada (Ravallion, 2001).

Apesar de ser um fenômeno multidimensional, o conceito de pobreza pode ser entendido como insuficiência de renda para alcançar um nível mínimo de padrão de consumo previamente estabelecido (Vinhais e Portela, 2006). Por conseguinte, a definição clara de uma linha de pobreza é o primeiro passo para se determinar o nível de pobreza e permitir comparações ao longo do tempo.

Uma vez reconhecida a importância da renda como principal determinante do nível de bem-estar da população, o estabelecimento de linhas de pobreza passa a desempenhar papel central na determinação da incidência de pobreza (Rocha, 2000). No Brasil, em geral, as linhas de pobreza são estabelecidas como os níveis de renda abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres (pobreza absoluta). Contudo, existe uma ampla discussão sobre a forma de definir essas linhas.

A construção de linhas de pobreza envolve escolhas metodológicas e normativas, já que estas podem ser geradas de diferentes maneiras. A mais conhecida é a do Banco Mundial, que fixou em US\$ 1,00/dia a linha de indigência e US\$ 2,00/dia a de pobreza⁷. Outra forma de construção de linha de pobreza é a partir da medição do consumo observado. Uma terceira alternativa é estabelecer as linhas de pobreza como frações do salário mínimo.

Apesar de diferenças metodológicas, todas as linhas têm certo grau de arbitrariedade (Dulci e Santos, 2008). Uma forma de minimizar tal limitação é calcular mais de uma linha de pobreza. As linhas de pobreza devem refletir as diferenças no custo de vida entre as regiões.

As linhas de pobreza têm ainda dois problemas quando analisadas ao longo do tempo. O ideal é que essas linhas sejam atualizadas, não somente por índices de preços, mas também por índices que refletissem o aumento ou a diminuição de despesas exigidas pelas novas condições de vida (Silva Jr., 2006). Para Rocha (1997), como a alimentação é geralmente considerada a necessidade básica, as exigências nutricionais devem ser utilizadas como ponto de partida. Para Ramos e Santana (2003) qualquer que seja o procedimento adotado, nenhum deles é compatível com o salário mínimo como parâmetro para se estabelecer linhas de pobreza.

Nessa seção, optou-se por utilizar as linhas de pobreza baseadas nos valores monetários necessários para se adquirir uma cesta de consumo, cujo valor varia de acordo com o custo de vida da região. A Tabela 6.1 mostra os valores das linhas de pobreza e extrema pobreza utilizadas.

⁷ Esses valores foram reajustados ao longo do tempo.

Tabela 6.1 – Linhas de Pobreza e Extrema Pobreza

Regiões	LINHAS DE EXTREMA POBREZA					LINHAS DE POBREZA				
	1999	2006	2007	2008	2009	1999	2006	2007	2008	2009
Rio de Janeiro - Área Metropolitana	56,66	95,62	100,26	107,43	112,06	113,32	191,25	200,52	214,86	224,12
Rio de Janeiro - Área Urbana	48,07	81,14	85,07	91,15	95,08	96,15	162,27	170,14	182,30	190,16
Rio de Janeiro - Área Rural	43,27	73,02	76,56	82,04	85,57	86,53	146,04	153,12	164,07	171,14
São Paulo - Área Metropolitana	57,00	96,20	100,87	108,08	112,74	114,00	192,41	201,73	216,16	225,48
São Paulo - Área Urbana	50,48	85,19	89,32	95,71	99,83	100,96	170,38	178,64	191,42	199,67
São Paulo - Área Rural	41,21	69,54	72,92	78,13	81,50	82,41	139,09	145,83	156,26	163,00
Porto Alegre - Área Metropolitana	63,18	106,64	111,80	119,80	124,96	126,37	213,27	223,61	239,60	249,93
Curitiba - Área Metropolitana	52,19	88,09	92,36	98,96	103,23	104,39	176,18	184,72	197,93	206,46
Sul - Área Urbana	49,79	84,03	88,11	94,41	98,48	99,58	168,07	176,21	188,81	196,95
Sul - Área Rural	45,33	76,50	80,21	85,94	89,65	90,65	153,00	160,42	171,88	179,29
Fortaleza - Área Metropolitana	44,98	75,92	79,60	85,29	88,97	89,97	151,84	159,20	170,58	177,94
Recife - Área Metropolitana	59,06	99,68	104,51	111,99	116,81	118,12	199,36	209,03	223,97	233,63
Salvador - Área Metropolitana	55,63	93,89	98,44	105,47	110,02	111,26	187,77	196,87	210,95	220,04
Nordeste - Área Urbana	50,82	85,77	89,93	96,36	100,51	101,64	171,54	179,86	192,72	201,03
Nordeste - Área Rural	45,33	76,50	80,21	85,94	89,65	90,65	153,00	160,42	171,88	179,29
Belo Horizonte - Área Metropolitana	44,30	74,76	78,38	83,99	87,61	88,59	149,52	156,77	167,98	175,22
Leste - Área Urbana	39,83	67,23	70,49	75,53	78,78	79,67	134,45	140,97	151,05	157,56
Leste - Área Rural	34,00	57,37	60,16	64,46	67,24	67,99	114,75	120,31	128,91	134,47
Belém - Área Metropolitana	50,48	85,19	89,32	95,71	99,83	100,96	170,38	178,64	191,42	199,67
Norte - Área Urbana	52,19	88,09	92,36	98,96	103,23	104,39	176,18	184,72	197,93	206,46
Norte - Área Rural	45,67	77,08	80,82	86,59	90,33	91,34	154,16	161,63	173,19	180,65
Distrito Federal - Área Metropolitana	49,10	82,87	86,89	93,10	97,12	98,21	165,75	173,78	186,21	194,24
Centro-Oeste - Área Urbana	42,24	71,28	74,74	80,08	83,54	84,47	142,57	149,48	160,17	167,07
Centro-Oeste - Área Rural	37,09	62,59	65,62	70,32	73,35	74,17	125,18	131,25	140,63	146,70

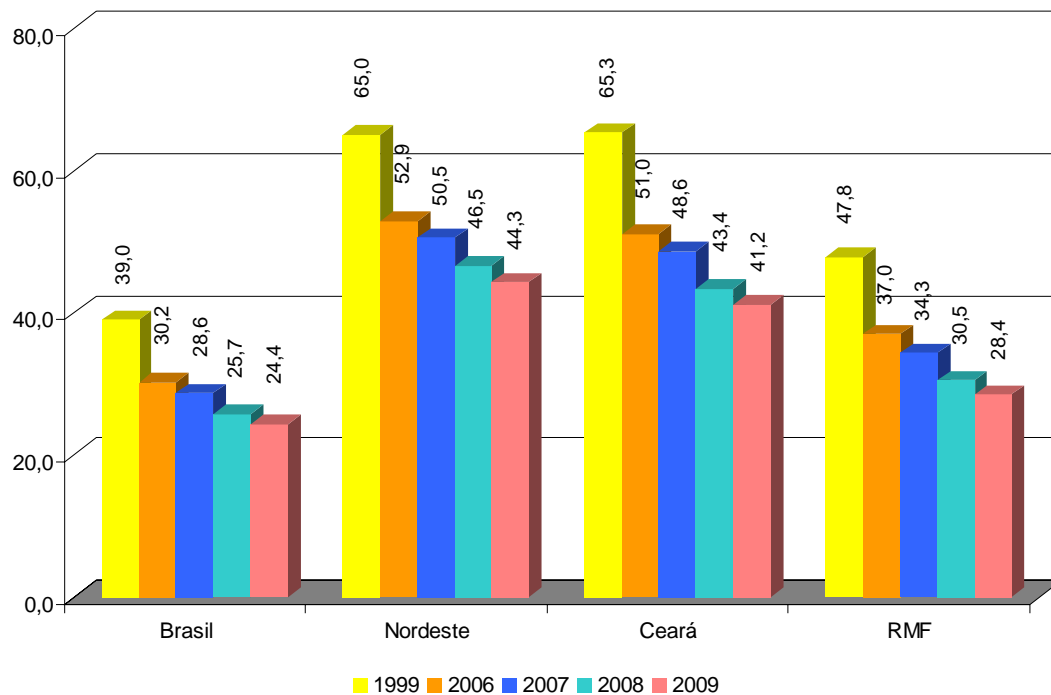
Fonte: IPEA

Além da discussão sobre a determinação de linhas de pobreza, uma vez que estas forem estabelecidas, devemos considerar quais indicadores serão utilizados para mensurar o fenômeno da pobreza. “Em termos de política pública ou de alternativas para o combate à pobreza, um problema de singular relevância consiste na possibilidade de construir um indicador que permita quantificar o esforço ou facilidade de uma sociedade em eliminar ou reduzir a pobreza.” (Ramos e Santana, 2003)

Apesar de suas limitações, a proporção de pobres e extremamente pobres continuam como os principais indicadores na mensuração da pobreza dado a sua popularidade e simplicidade. No entanto, estes indicadores são insensíveis ao nível de renda dos pobres, já que estes percentuais não se alteram por mudanças na distribuição de renda entre os pobres. Portanto,

será considerada uma série de medidas usualmente utilizadas para quantificar o fenômeno da pobreza. Essas medidas são conhecidas na literatura como medidas FGT devido ao artigo de Foster, Greer e Thorbecke (1984).

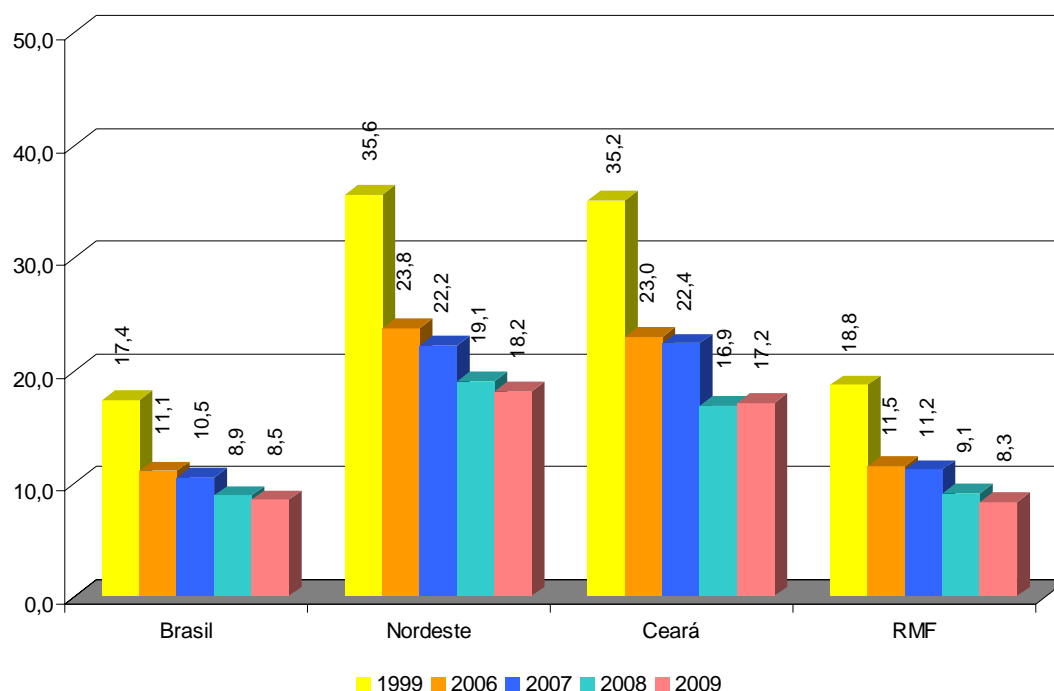
Gráfico 6.1 – Percentual de Pessoas em Condição de Pobreza



Fonte: PNAD

Os Gráficos 6.1 e 6.2 mostram que a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza vem diminuindo continuamente em todas as regiões ao longo do período analisado. A RMF apresentou as maiores reduções no número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. O Ceará foi o segundo em redução de extrema pobreza e o terceiro na redução da pobreza, ficando atrás também do Brasil. A região Nordeste apresentou as menores taxas de redução em ambos os casos.

Gráfico 6.2 – Percentual de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza



Fonte: PNAD

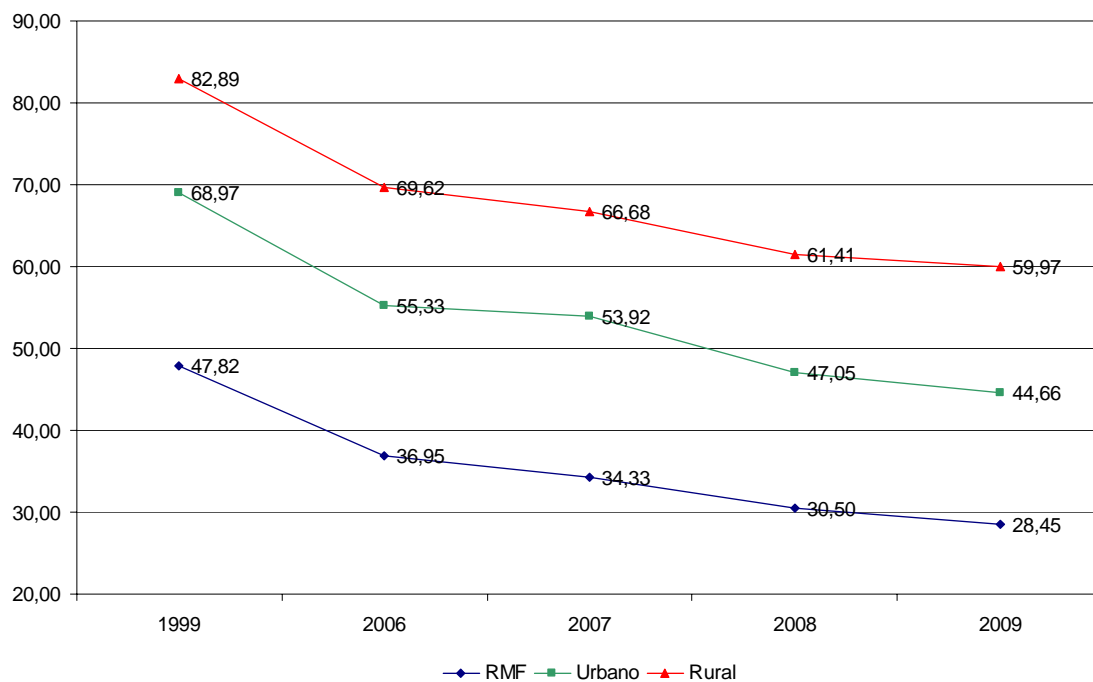
A partir dos Gráficos 6.3 e 6.4 abaixo, que consideram apenas o Estado do Ceará, pode-se constatar que o fenômeno da pobreza ocorre com maior intensidade na zona rural⁸. A zona urbana⁹ apresenta taxas de pobreza superiores à RMF, mas em magnitude consideravelmente inferior à zona rural.

Em termos de redução da pobreza, a zona rural obteve o pior desempenho ao longo do tempo. No último ano, observa-se inclusive um aumento no número de extremamente pobres tanto na zona rural como na zona urbana.

⁸ Como se considera a pobreza somente como insuficiência de renda, pode ser que a pobreza rural possa estar superestimada dado que a agricultura de subsistência tem um importante papel na obtenção dos meios de sobrevivência desta população.

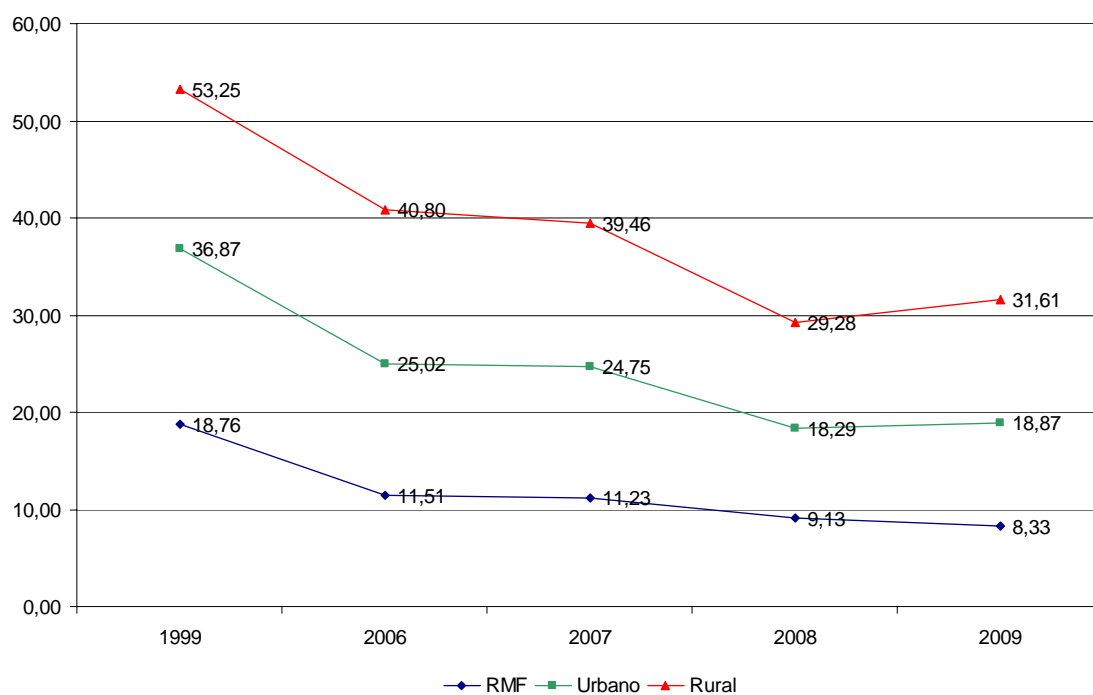
⁹ A zona urbana desconsidera a RMF que é analisada como uma região a parte.

Gráfico 6.3 – Percentual de Pessoas em Condição de Pobreza por Região de Moradia - Ceará



Fonte: PNAD

Gráfico 6.4 – Percentual de Pessoas em Condição de Extrema Pobreza por Região de Moradia - Ceará



Fonte: PNAD

A Tabela 6.2 apresenta os demais indicadores de pobreza considerados. O Hiato de Pobreza mede o hiato médio entre o rendimento dos pobres e a linha de pobreza. Esse indicador é utilizado para se ter uma idéia do montante de recursos necessários para se eliminar a pobreza ou em quanto tem que se elevar a renda dos pobres para que saiam dessa condição. O indicador que mede a Intensidade da Pobreza quantifica, em termos de percentual da linha de pobreza, a transferência de renda necessária para cada um dos habitantes para eliminar a pobreza¹⁰. O indicador que mede a Severidade da Pobreza dá maior importância para a situação dos mais pobres entre os pobres, e é sensível distribuição de renda entre os pobres, uma vez que é obtido quando se eleva ao quadrado o indicador de Intensidade da Pobreza¹¹.

Tabela 6.2 – Medidas de Pobreza FGT

Anos	Hiato de Pobreza			Intensidade da Pobreza			Severidade da Pobreza		
	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará	Brasil	Nordeste	Ceará
1999	46,1	51,6	52,1	18,0	33,5	34,0	10,9	21,3	22,1
2006	41,9	46,9	46,9	12,6	24,8	23,9	7,3	15,0	14,6
2007	42,4	46,7	47,1	12,1	23,6	22,9	7,2	14,5	14,2
2008	41,1	44,7	42,4	10,6	20,8	18,4	6,1	12,3	10,3
2009	41,3	44,3	44,3	10,0	19,6	18,3	5,9	11,7	10,9

Fonte: PNAD

A partir da Tabela 6.2, observa-se uma sensível redução tanto no hiato de pobreza como na intensidade e severidade da pobreza. Esse resultado demonstra que, além de reduções nas taxas de pobreza, verifica-se melhora na distribuição de renda entre os pobres, à medida que os valores das rendas dessa camada da população estão se aproximando da linha da pobreza. Isso significa que o custo para reduzir a pobreza também está se

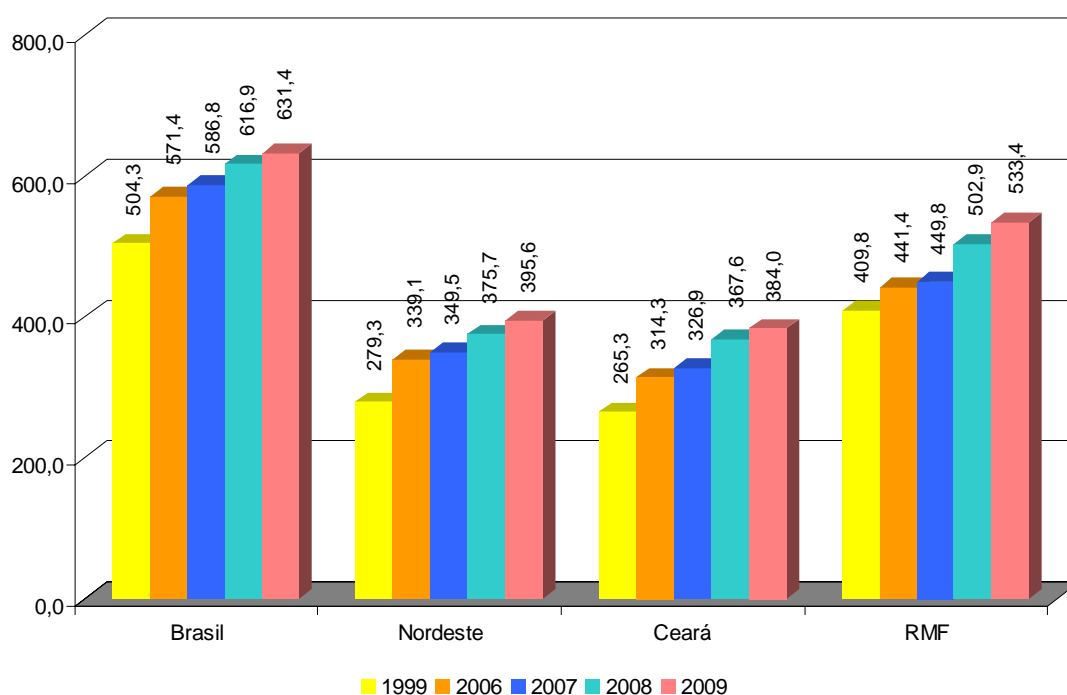
¹⁰ Este indicador pode ser obtido pelo produto do Hiato de Pobreza e a Proporção de Pobres na população.

¹¹ Para maiores detalhes ver Foster, Greer e Thorbecke (1984).

reduzindo¹².

O gráfico 6.5, mostra a evolução da renda domiciliar *per capita*¹³. Apesar de se observar um crescimento da renda média em todas as áreas geográficas, a partir deste gráfico também se pode perceber uma grande diferença regional nos níveis de renda média, com a Região Nordeste e o Ceará apresentando valores bem inferiores à média nacional.

Gráfico 6.5 – Renda Domiciliar per Capita Média



Fonte: PNAD

Em termos de crescimento da renda, o Ceará apresentou os maiores aumentos durante o período, ficando o Nordeste em segundo lugar. Com isso, se observa uma redução do diferencial de renda entre as regiões brasileiras. No entanto, esse diferencial continua elevado quando se

¹² Embora este resultado pareça redundante, pois à medida que o número de pobres se reduza diminui o custo de redução da pobreza, isto nem sempre ocorre. Supondo uma transferência de renda de indivíduos mais pobres para pessoas menos pobres capaz de fazer que as pessoas que recebem a transferência de renda deixem a condição de pobreza, o custo de redução da pobreza poderia não diminuir ou até mesmo aumentar.

¹³ Valores deflacionados pelo INPC-PNAD, obtido em www.ipeadata.gov.br.

compara a RMF com as demais regiões do Estado. A renda média da RMF é bem superior à média do Ceará, refletindo a elevada desigualdade entre os municípios cearenses.

Como já observado, a redução da pobreza ocorre quando a renda dos mais pobres aumenta. Portanto, deve-se observar como se deu o crescimento da renda entre os diferentes estratos da população para perceber se a renda dos pobres tem crescido mais em comparação à renda dos não pobres.

Quando a taxa de crescimento da renda dos pobres é maior do que os não pobres o crescimento é considerado pró-pobre¹⁴. Nesse caso, o crescimento da renda é acompanhado por reduções na desigualdade.

Tabela 6.3 – Taxa de Crescimento da RDPC Média por Decil - Ceará

Decil	2009/1999	2009/2006	2009/2008
1	103,65%	22,30%	-16,15%
2	79,29%	24,79%	-3,76%
3	77,39%	24,52%	3,67%
4	75,73%	23,86%	3,89%
5	77,47%	28,03%	6,38%
6	72,69%	22,39%	4,35%
7	71,48%	21,70%	5,47%
8	70,24%	20,85%	5,27%
9	55,82%	18,36%	4,79%
10	22,47%	22,33%	4,87%

Fonte: PNAD

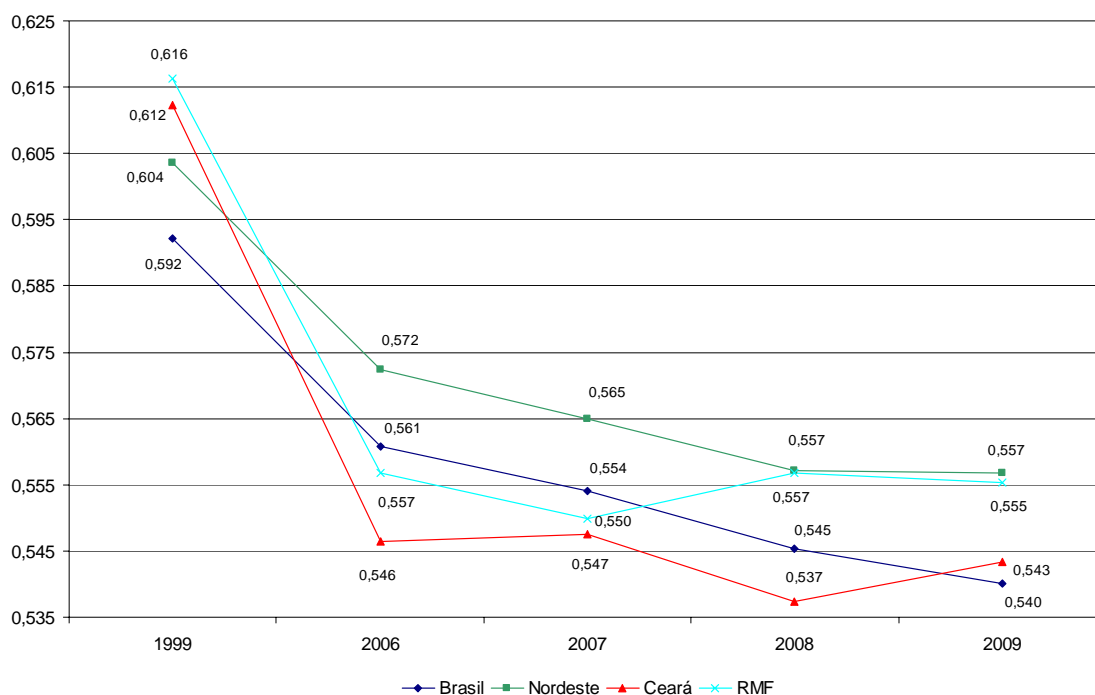
A partir da Tabela 6.3, que considera apenas o Ceará, pode-se constatar que a renda média dos Decis mais pobres da população cresceu mais nos últimos dez anos. Contudo, no período mais recente o crescimento da renda

¹⁴ Para mais detalhes sobre crescimento pró-pobre ver Kalkwani e Pernia (2001) e Ravllion e Chen (2003).

de todos os estratos da população cresceu proporcionalmente, enquanto no último ano se observa uma redução da renda dos Decis mais baixos. Esse resultado implica então que a desigualdade piorou no último ano.

A análise do índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita*, mostra que houve uma redução na concentração de renda em todas as áreas sob análise ao longo de todo o período. No entanto, a trajetória desse índice não tem sido a mesma em todas as unidades consideradas.

Gráfico 6.6 – Índice de Gini da Renda Familiar *Per Capita*

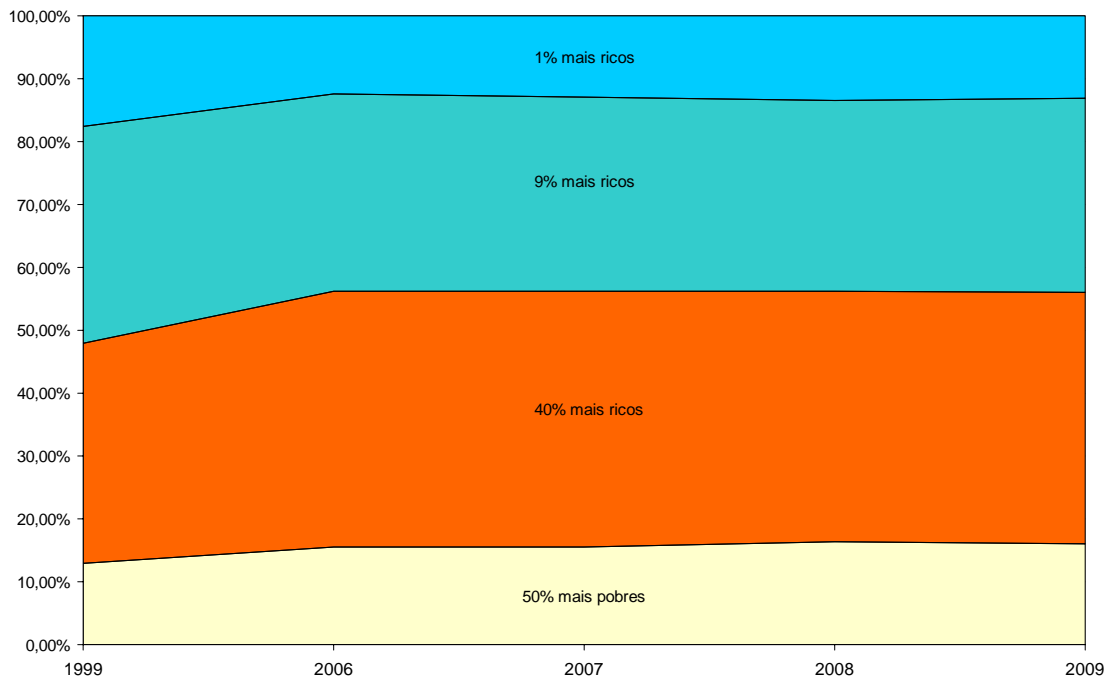


Fonte: PNAD

Durante o período de 1999-2006, o Ceará apresentou a maior redução da desigualdade de renda, passando a apresentar um índice de Gini inferior ao do Brasil. Todavia, nos últimos anos, esse índice continuou a apresentar uma trajetória decrescente apenas para o Brasil e o Nordeste. Enquanto no Ceará e RMF, a desigualdade de renda vem oscilando nos últimos anos. Mas cabe destacar que ela continua em patamares bastante inferiores quando

comparado com o início do período.

Gráfico 6.7 – Renda Apropriada por Percentis da População

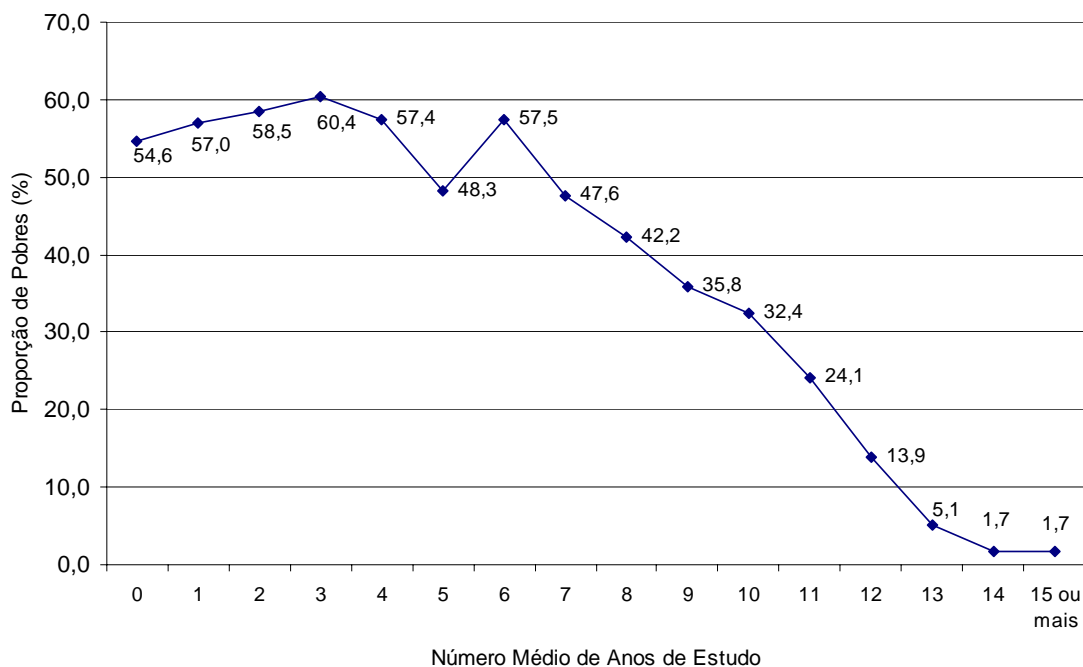


Fonte: PNAD

Outra forma de analisar a desigualdade de renda é considerar o percentual da renda apropriada pelos Percentis da população. O gráfico 6.7 acima mostra que os percentuais de renda apropriada pelas camadas mais ricas (1% e 9% mais ricos) diminuíram consideravelmente entre 1999 e 2006, enquanto a parcela apropriada pelos 50% mais pobres aumentou. A partir de então, as participações se encontram praticamente inalteradas, apenas com pequenas variações.

Por fim, em relação à pobreza, deve-se destacar também as características individuais que tornam uma pessoa pobre. Quanto menor a escolaridade de um indivíduo, menor deverá ser sua remuneração do trabalho e, conseqüentemente, maior deverá ser a probabilidade de ele ser pobre.

**Gráfico 6.8 – Proporção de Pobres por Número Médio de Anos de Estudo –
Pessoas de 25 Anos ou Mais – Ceará**



Fonte: PNAD

A partir do Gráfico 6.8, pode-se constatar que acima de seis anos de estudo a probabilidade de um indivíduo ser pobre é decrescente e que, principalmente, quando se tem uma média de anos de estudos equivalente ao necessário para conclusão do Ensino Médio, a redução na probabilidade de ser pobre é considerável. Esse resultado fornece uma forte evidência de que, no longo prazo, a Educação deve ser o principal elemento de uma estratégia de redução da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises efetuadas, fica evidente que o Estado do Ceará possui, em termos gerais, um nível social melhor do que a Região Nordeste e vem, ao longo dos anos, avançando e reduzindo cada vez mais as disparidades em relação ao Brasil.

De fato, dos 22 indicadores selecionados para análise, em 18 deles o Ceará se encontrava em uma situação melhor que o Nordeste em 2009. No período entre 1999 e 2009, o Ceará teve melhor variação percentual do que o Brasil e o Nordeste em 16 indicadores, e em 11 indicadores entre 2006 e 2009.

Nesse estudo, destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da educação, condições de domicílio, saúde e mercado de trabalho. E apesar da ainda elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm mostrado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável havendo no período 1999 a 2009 expressivas reduções na desigualdade de renda e na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza.

A análise dos indicadores sociais em 2009 e o acompanhamento das evoluções nos períodos selecionados deixam evidentes as conquistas, mas também mostram que há espaço para a melhoria do bem-estar da população cearense que é o objetivo maior do Governo do Estado do Ceará.

Referências Bibliográficas

Dulci, J. A. e Santos, L. A. (2008). "Crescimento Econômico, Linha de Pobreza e Distribuição de Renda: Um Recorte Latino-Americano". Anais do III Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP.

Foster, J., Greer, J. and Thorbecke, E. (1984). "A Class of Decomposable Poverty Measures". *Econometrica*, 52 (3).

Kakwani, N. and Pernia, E. (2001). "What is Pro-Poor Growth?". *Asian Development Review* 18.

Ramos, C. A. e Santana, R. (2003). "Quão Pobres São os Pobres no Brasil: 1992-2001". Universidade de Brasília, Departamento de Economia. Texto para Discussão nº 275.

Ravallion, M. (2001). "Growth, Inequality and Poverty: Looking Beyond Averages". *World Development*, 29 (11): 1803-15.

Ravallion, M. and Chen, S. (2003). "Measuring Pro-Poor Growth". World Bank, Policy Research Working Paper 2666.

Rocha, S. (1997), "Do consumo observado à linha de pobreza". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.27, nº 2, p. 313-352.

Vinhais, H e Portela, A. P. (2006), "Pobreza Relativa ou Absoluta? A Linha Híbrida de Pobreza no Brasil". Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia – ANPEC.

Rocha, S. (2000). "Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil". IPEA. Texto para Discussão nº 720.

Silva Júnior, L. H. (2006). "Pobreza na população rural nordestina: análise de suas características durante os anos noventa". Rio de Janeiro, BNDES.